



IV Legislatura
IV Sessão Legislativa

Número: 75
Horta, Quarta-feira, 29 de Janeiro de 1992

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Madruga da Costa
Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão.

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foram lidos alguns requerimentos apresentados pelo Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, bem como uma resposta do Governo Regional a um requerimento apresentado anteriormente pelo Sr. Deputado Regional do PS, Rogério Serpa.

Foram ainda presentes dois votos:

- um **voto de protesto**, emanado do Grupo Parlamentar do PS, "pelo teor das declarações incorrectas, tendenciosas, enganadoras, proferidas pelo porta-voz do Governo, sobre o Decreto Regulamentar Regional que actualiza os quadros de pessoal docente das escolas preparatórias e secundárias da Região, aprovado na reunião do Conselho de Governo de 8 de Janeiro de 1992".

Após a apresentação do referido voto, feita pelo Sr. Deputado Francisco Sousa (PS), intervieram os Srs. Deputados Rui Melo (PSD), Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), e Francisco Sousa (PS), tendo o mesmo sido rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Renato Moura (Indep).

- um **voto de protesto**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS, "pelo facto de não ter sido dada execução pela Açoriana de Seguros e pelo Fundo Açoriano do Seguro de Colheitas ao Decreto Legislativo Regional nº 17/89/A, de 30 de Setembro".

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (CDS), usaram da palavra

os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP) Renato Moura (Indep.), José Gabriel Lopes (PS), Victor Evaristo (Indep.) e Alvarino Pinheiro (CDS).

O voto de protesto foi aprovado por maioria.

Passou-se, de seguida, às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados António Varão (PSD), Albano Pimentel (PS), Carlos César (PS), Rui Melo (PSD), José Carlos Simas (PSD), Hélio Pombo (PS), Paulo Valadão (PCP), Jorge Cabral (PSD), Dionísio de Sousa (PS), Renato Moura (Indep.), Francisco José Silva (PSD), José Gabriel Lopes (PS), João de Sousa Braga (PS), José Maria Bairos (PSD), Lisete Silveira (PS), Gaspar da Silva (PSD) e Manuel Serpa (PS).

Os trabalhos terminaram às 19,55 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madrugada da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Carlos Lima, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio de Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Fátima Simas, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Dionísio Amaral Medeiros, João Sousa Braga, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão; **Deputado Independente** - Renato Moura).

Presidente: Estão presentes 50 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência.

Secretário (Manuel Valadão): A Direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunica que, de acordo com o que prevê o artigo 137º do Regimento, retira o Projecto de Decreto Legislativo Regional que "Estabelece o quadro-geral de organização e desenvolvimento da educação de adultos".

- Relativamente ao requerimento do Sr. Deputado Rogério Serpa sobre "Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores" foi recebida a seguinte resposta:

"- A Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social é a primeira a lamentar os transtornos que estão a causar aos utentes do Cen-

tro de Saúde de Santa Cruz das Flores a transferência das duas analistas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores, privando esta unidade de saúde do serviço de análises clínicas.

- Acontece que uma das técnicas de análises clínicas foi transferida devido a razões humanitárias (saúde do marido) e outra técnica veio, posteriormente, a ser também transferida por via de concurso.

- No entanto podemos informar que a Secretaria Regional fez um grande esforço para garantir provisoriamente o serviço de análises clínicas através do deslocamento de uma técnica de análises clínicas do Centro de Saúde de Vila do Porto, por um período de três meses, o que tem garantido o funcionamento do serviço de análises.

Ao mesmo tempo foram dadas instruções ao Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores para proceder à abertura de concurso o que vai verificar-se a breve prazo e temos esperanças que possa haver uma técnica de análises clínicas interessada em ocupar uma das vagas.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: António Bento Fragal Barcelos."

Secretário (Manuel Goulart): Do Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, foi recebido o seguinte requerimento:

"O porto da Vila da Calheta, mal dotado de obras de ampliação e remodelação, que foram concluídas há cerca de 2 anos, tornou-se praticamente inoperacional a partir do mês de Dezembro.

Esta lastimável situação foi prevista por todos quantos preocupadamente observavam o comportamento desta jovem estrutura.

Hoje são notórias as fendas ao nível do molhe bem como o assentamento heterogéneo das placas de betão que o constituem.

Com base no acima exposto e considerando a importância do Cais da Calheta para a Ilha de S. Jorge, ao abrigo das disposições regimentais em vigor requero ao Governo

Regional os seguintes esclarecimentos:

1º. Está ou não prevista uma urgente recuperação do cais da Calheta, e caso afirmativo, quando terão início os respectivos trabalhos?

2º. Dos possíveis melhoramentos a realizar, consta ou não o desassoreamento da baía e a construção de um pequeno pontão de abrigo?

3º. Ampliar-se-á ou não a rampa de varagem deste porto, por forma a que as embarcações a possam utilizar na baixa mar?

4º. Para quando a electrificação do farol deste porto; acção que o Governo diz já ter realizado?

5º. Pretendem ou não retirar as placas de betão colocadas no fundo do mar e que constituem um assoreamento artificial deste porto.

Horta, Sala das Sessão, 28 de Janeiro de 1992.

O Deputado Regional do PS: António Gomes."

Secretário (Manuel Valadão): O Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, enviou o seguinte requerimento:

"Com o sismo de 1 de Janeiro de 1980 a ponte das Manadas situada entre o km 16 e 17 foi seriamente danificada e, a testemunhar o facto, julgo que existe, em lugar próprio, um relatório elaborado, nesse mesmo ano, pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil.

O que acima digo demonstra, claramente, que não houve a devida atenção, por parte da Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas, para este problema de extrema gravidade ao nível da Segurança Rodoviária e por consequente da protecção civil.

Considerando que a ponte acima citada é utilizada por uma grande parte dos transportes colectivos de passageiros e pesados de mercadorias da Ilha de São Jorge;

Considerando o perigo que oferece a situação acima exposta, a todos quantos transitam nesta via.

Ao abrigo das disposições regimentais em vigor, solicito ao Exmo. Senhor Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas que me informe para quando prevê a consolidação da ponte das Manadas, em referência.

Horta, Sala das Sessão, 28 de Janeiro de 1992.

O Deputado Regional do PS: António Neves Lopes Gomes."

Secretário (Manuel Goulart): Do Sr. De-

putado Regional do PS, António Gomes, um requerimento do seguinte teor:

"Na Sessão Plenária da Assembleia Legislativa Regional dos Açores do dia 25-1-89, ouvi com muita atenção uma intervenção que foi objecto de vivos aplausos do Governo, o que demonstra uma clara concordância com os temas em questão.

De entre os assuntos que essa intervenção continha, cito o seguinte:

"As arroteias e florestação da chamada Serra do Topo representam um projecto de grande alcance económico na área da agricultura e consequentemente, na melhoria de vida dos agricultores Jorgenses, e a implementação desse projecto significa que houve coragem, por parte da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e do seu titular ao dar andamento à preparação desse investimento, quando o mesmo à partida levantava dúvidas a técnicos estrangeiros contratados para procederem à sua análise".

- Considerando o acima exposto;

- Considerando que até à presente data ainda não se realizou semelhante acção;

- Considerando que estamos em ano de eleições, o que sempre tem motivado mais apetite aos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha de São Jorge.

Ao abrigo das disposições regimentais em vigor solicito ao Exmo. Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas que me informe o seguinte:

1º. Serão ou não realizados, no ano em curso, os trabalhos de arroteias e florestação da chamada Serra do Topo?

2º. Quais as razões que justificam a inércia da acção supra citada?

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1992.

O Deputado Regional do PS: António Gomes."

Secretário (Manuel Valadão): Do Sr. Deputado Regional do PS; António Gomes, um requerimento que passo a citar:

"Em 15 de Março de 1989, apresentei na Assembleia Legislativa Regional dos Açores um requerimento que se prendia com a necessidade urgente de se efectuarem na Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, trabalhos com equipamento vocacionado para o seu desassoreamento e respectiva limpeza.

A este requerimento respondeu-me a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas em 29 de Maio de 1989, dizendo que, tinham sido efectuadas diligências para a realização desta acção, e concluíam que a operação de

abicação da lancha de desembarque, neste lugar, era de "alto risco". Contudo no mês de Junho de 1990, deslocou-se à Fajã da Caldeira de Santo Cristo uma equipa de técnicos e foi garantido aos Jorgenses que a Marinha Portuguesa brevemente transportaria para esta área ecológica, uma máquina com vista a responder aos trabalhos que aqui serão necessários executar.

- Considerando que, depois da resposta dada ao meu requerimento de 15 de Março de 1989, parece terem existido no ano de 1990, diligências para o transporte de uma máquina, por forma a tratar aquela área ecológica especial;

- Considerando o assoreamento constante e acelerado da Lagoa acima referida;

- Considerando que os primeiros meses de Verão são os mais propícios para fazer chegar à Caldeira de Santo Cristo a respectiva máquina;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais em vigor, requeiro ao Governo Regional que me informe o seguinte:

Está ou não programado para o próximo Verão, a deslocação da referida máquina para a área ecológica especial da Caldeira de Santo Cristo?

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1992.

O Deputado Regional do PS: António Gomes."

Secretário (Manuel Goulart): Ainda do Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, o seguinte requerimento:

"Está em curso a terraplanagem da variante da Estrada Regional nº 1, 2ª, entre o Lacete das Manadas e Urzelina.

Esta obra, cuja conclusão se prevê para o próximo ano, é desde há longos anos uma das grandes ambições dos Jorgenses, não só pela importância económica que representa para a Ilha de São Jorge, mas também por garantir uma maior segurança rodoviária a todos os utentes desta via.

- Considerando que a plataforma deste futuro troço de estrada terá 6 metros de faixa de rodagem e 2 metros de bermas;

- Considerando que o seu nó de ligação, na Zona da Urzelina, à estrada existente, será sensivelmente ao quilómetro 10, extrema de uma de duas rectas, (conhecidas na gíria popular por "**Rectas dos Moinhos**") interligadas, cuja largura delas é em média 5 metros, e somam a extensão de cerca de 2 km;

- Considerando que o maior fluxo rodoviário de São Jorge verifica-se nestas rectas;

- Considerando o incontestável melhoramento, ao nível da segurança rodoviária das supra citadas rectas, com o aumento da faixa de rodagem para 6 metros;

- Considerando que a eventual obra de alargamento destas rectas será, em meu parecer, um investimento de pouca monta;

- Considerando que não faz sentido aplicar uma recarga betuminosa, neste troço sem o dotar com uma faixa de rodagem de 6 metros.

Ao abrigo das disposições regimentais em vigor, solicito ao Exmo. Senhor Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas que me informe se está ou não previsto o alargamento da faixa de rodagem do troço entre o km 10 e 7 da Estrada Regional nº 1-2º-A.

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1992.

O Deputado Regional do PS: António Gomes."

Secretário (Manuel Valadão): Mais um requerimento do Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, do seguinte teor:

"- Considerando que a electricidade é uma mola impulsadora do progresso e permite um melhor nível de vida às populações;

- Considerando que o abastecimento de energia eléctrica às Velas, e o ramal de M.T. para o porto dependem da rede Sub. M.T. 15kw;

- Considerando que a melhoria do abastecimento de água do Concelho das Velas, que far-se-á através de estações elevatórias, depende do ramal de M.T. para a Fajã do Ouidor;

- Considerando que o lugar da Ribeira da Areia encontra-se há longos meses sem iluminação pública;

- Considerando que os ramais M.T. para a Fajã dos Vimes e Lournal possibilitarão o fornecimento de energia eléctrica 24 horas por dia, em virtude de ficarem ligados à central termoeléctrica de São Jorge;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis solicito ao Governo Regional as melhores diligências no sentido de ser informado do seguinte:

1º Para quando se prevê a execução da Rede Sub. M.T. 15 kw de Velas - Livramento EPAC, e do Ramal de M.T. para a Fajã do Ouidor?

2º Qual a justificação para a sistemática falta de iluminação pública do Lugar da Ribeira da Areia?

3º Serão ou não contemplados, no corrente ano, com os ramais de M.T., os lugares

de Lournal e Fajã dos Vimes?

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1992.

O Deputado Regional do PS: António Gomes."

Secretário (Manuel Goulart): Do Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, o seguinte requerimento:

"- Considerando que houve uma promessa no sentido de se realizar pequenas obras de beneficiação no cais das Manadas;

- Considerando a importância que tem para a freguesia das Manadas, esta estrutura necessitada de um modesto melhoramento, por forma a possibilitar a acostagem segura das embarcações de boca aberta;

- Considerando que a Fajã das Almas tem maior facilidade de ser abastecida via marítima, através deste pequeno porto, em virtude de não ter acesso rodoviário até ao seu casario.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais requeiro ao Governo Regional que me informe, se prevê executar as obras de beneficiação do cais das Manadas, durante o ano em curso.

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1992.

O Deputado Regional do PS: António Gomes."

Secretário (Manuel Valadão): O Grupo Parlamentar do CDS requer que seja dado o carácter de urgência e dispensa de exame em Comissão à Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional, através da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, a atribuição de um subsídio reembolsável à Comissão Representativa de Trabalhadores das Feusaçores.

- Ainda do Grupo Parlamentar do CDS, um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional a fiscalização da situação dos trabalhadores civis norte-americanos na Base Aérea nº 4.

- O Grupo Parlamentar do CDS comunica também que retira o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão relativo à Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que garanta a autorização para que as Feusaçores instalem um 2º Canal de TV na Base das Lajes de forma a salvaguardar a cobertura da emissão dos dois canais a toda a Ilha Terceira.

Presidente: Srs. Deputados, acabámos a leitura da correspondência.

Estão presentes na Mesa dois votos de protesto: um apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e outro pelo Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social.

O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, eu pedi a palavra para requerer um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, nos termos regimentais e a pedido do Grupo Parlamentar do PSD, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 15,35 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomçar os nossos trabalhos.

(Eram 16,15 horas)

Vamos entrar na 2ª parte do Período de Antes da Ordem do Dia com a apreciação dos votos de protesto entrados na Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para apresentar o voto de protesto do Partido Socialista.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Protesto

No dia 8 de Janeiro do corrente ano, em Conselho, o Governo Regional aprovou o diploma que actualiza os quadros do pessoal docente dos ensinos preparatório e secundário das escolas da Região.

A aprovação deste diploma não passa de um acto de gestão corrente que, anualmente, este Governo, da responsabilidade do PSD, ou outro de responsabilidade de qualquer outro Partido ou Coligação, inevitavelmente teria de elaborar.

E, tanto assim é que, o actual Secretário Regional da Educação e Cultura, Dr. Aurélio Fonseca, apresentou ao Governo uma proposta com o mesmo objectivo e que foi aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 22 de Janeiro de 1991 e publicada no Diário da República - I Série B nº 47, de 26 de Fevereiro.

A 27 de Março de 1990 o Diário da República publicava o Decreto Regulamentar Regional nº 13/90/A discriminando em mapas anexos os quadros de pessoal docente das escolas preparatórias e secundárias da Região Autónoma dos Açores.

Se continuarmos, a recuar nos anos, verificamos que a 24 de Maio de 1989 o Diário

da República publicava o Decreto Regulamentar Regional nº 20/89/A sobre esta matéria, o Diário da República da I Série nº 122 de 1988 anunciava os quadros para o concurso que iria abrir, a 6 de Maio de 1987 era anunciado no Diário da República que os quadros daquelas escolas passavam a ter uma nova composição,

Fica assim demonstrado que, quer o Dr. Aurélio Fonseca, quer o Dr. Azevedo Rosa, quer o Dr. António Maria Mendes, quer o Dr. Reis Leite, sempre tiveram de, ano após ano, actualizar os quadros das escolas, abrir os respectivos concursos e, infelizmente, se depararam com dezenas e dezenas de vagas não preenchidas, e, em muitos casos, pode-se afirmar, vagas há que nunca foram ocupadas.

Porém, o porta-voz do Governo, Dr. Joaquim Machado, ao dar conhecimento aos Órgãos da Comunicação Social das deliberações da reunião do Governo de 8 do corrente utilizou números, expressões, designações, linguagem, que não pode a Assembleia Legislativa Regional dos Açores deixar de condenar, solicitando a utilização adequada dos números e das palavras.

O porta-voz do Governo afirmou que "o Governo Regional aprovou um documento de grande importância, que tem em vista a preparação do próximo ano lectivo. Trata-se do diploma que actualiza os quadros do pessoal docente dos Ensinos Preparatório e Secundário das escolas da Região, através da criação de 476 vagas para professores efectivos".

O documento aprovado tem apenas a importância correspondente aos seus congéneres dos anos anteriores e, obrigatoriamente, antecederá sempre o aviso de abertura de concurso para o ano imediato.

Dizia ainda o Sub-Secretário da Comunicação Social que "Com esta medida pretende o Governo que os estabelecimentos de ensino reúnam condições de estabilidade para a fixação de docentes com habilitação própria, traduzida na melhoria de qualidade do ensino ministrado e consequente sucesso escolar".

É necessário lembrar-se que no ano passado foram postas a concurso 475 vagas.

O Decreto Regulamentar Regional aprovado é um diploma que não cria quaisquer condições de estabilidade para a fixação de docentes com habilitação própria porquanto, do ano passado para o corrente, apenas se aumentou uma vaga, e, mantêm-se largas dezenas e dezenas das existentes no ano passado e anos anteriores nunca preenchidas. Casos há, em que vagas criadas, nunca foram

ocupadas.

A verdade é que, se o Governo pretende, de facto, fixar docentes, tem de criar medidas que poderiam ir desde a formação de professores, transportes, bonificação de tempo de serviço, habitação, compensação financeira, até às facilidades na organização de horários.

Por outro lado, somente o preenchimento dessas vagas por professores portadores de habilitação própria, poderá ser traduzido "na melhoria da qualidade do ensino ministrado" que naturalmente se reflectirá numa subida das taxas do sucesso escolar.

Por último, Joaquim Machado afirmava sobre esta matéria que "A abertura de novos lugares para professores devidamente habilitados é tanto mais importante, se tivermos em conta a resposta que dá às carências verificadas nas ilhas, onde nesta área profissional escasseiam recursos humanos".

Para se verificar da importância que tem "a abertura de novos lugares para professores habilitados" é urgente que se tenha em conta as carências verificadas, na generalidade das escolas, posto que nesta data há centenas de alunos sem professores nas cidades de Angra do Heroísmo e Horta.

Infelizmente, para todos nós, a falta de professores já não se verifica apenas nas zonas isoladas ou afastadas mas já chegou aos grandes meios urbanos.

Analisando o documento distribuído pelo Governo aos Órgãos da Comunicação Social constatamos que a situação no Ensino Preparatório é a seguinte:

1º Grupo - Português/História/Estudos Sociais.

Em 1987 os quadros das escolas tinham 103 lugares, em 1991 situavam em 137, dos quais 23 estavam a concurso e em 1992 ainda permanecerão a concurso 13 vagas;

2º Grupo - Português/Francês.

Em 1987 as escolas possuíam 28 lugares, em 1991 26 dos quais se encontravam por preencher 13 aumentando em 1992 para 14.

3º Grupo - Português/Inglês.

Em 1987 a totalidade das escolas preparatórias possuía 45 lugares alargados em 1991 para 64, tendo sido postos a concurso 30, no corrente ano diminuindo para 28.

4º Grupo - Matemática/Ciências da Natureza.

Em 1987 nos quadros constavam 95 lugares, em 1991 dilatavam para 127, tendo sido postos a concurso 26 e o Governo a 8 de Janeiro do corrente reduz para 25.

5º Grupo - Educação Visual.

Em 1987 existiam 39 lugares de quadro, em 1991 já eram 47, todavia 15 encontravam-se ainda vagos para, agora, ainda se disponibilizarem aos concorrentes 11 vagas.

- Trabalhos Manuais Femininos.

Em 1987 havia 47 lugares, que em 1991 já eram 54, dos quais 12 foram postos a concurso e este ano permanecem vagos 10.

- Trabalhos Manuais Masculinos.

Situação igual aos femininos.

- Educação Física.

Em 1987 os quadros apresentavam 47 lugares aumentados para 53 em 1991, permanecendo 35 deles por preencher o que obriga o concurso de 1992 a exibir 30 vagas.

- Educação Musical.

Os lugares das escolas eram 24 em 1987 acrescidos em 1991 de mais 5, dos quais 16 vieram a concurso para este ano se manterem rigorosamente as mesmas 16 vagas.

- Religião e Moral.

Apenas, pela primeira vez em 1991 se criaram 20 lugares desta disciplina, dos quais 13 foram a concurso mas este ano ainda se encontram livres 11.

Após um estudo minucioso com o acima efectuado para o ensino preparatório, fica claro que o conteúdo das afirmações do Sr. Sub-Secretário da Comunicação Social não corresponde à realidade dos factos.

Em face do exposto, o Grupo Parlamentar do PS, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe ao Plenário desta Assembleia o seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta pelo teor das declarações incorrectas, tendenciosas, enganadoras, proferidas pelo porta-voz do Governo, sobre o Decreto Regulamentar Regional, que actualiza os quadros de pessoal docente das escolas preparatórias e secundárias da Região, aprovado na reunião do Conselho de Governo de 8 de Janeiro de 1992."

Presidente: Srs. Deputados, está aberto o debate sobre este voto de protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais um voto de protesto, a que já nos habituámos, em que as contradições são várias e deixa transparecer um certo pânico por parte do Partido Socialista. E esse pânico que gera na bancada do Partido Socialista...

Desculpe, Sr. Presidente, mas a minha intervenção é no sentido de fazer um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Francisco Sousa.

Presidente: Sr. Deputado, segundo o nosso Regimento, na discussão dos votos cada apresentação parlamentar tem o direito de usar da palavra por 5 minutos.

O Orador: Sr. Presidente, então usarei da palavra para uma primeira intervenção.

Presidente: Não há primeira intervenção: são 5 minutos, no máximo, de intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ele não sabe o que é que está a fazer!

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado! Daqui a pouco já conversamos!

Bom, o voto de protesto é apresentado e há aqui duas coisas distintas: uma é o facto do Partido Socialista considerar que com essa atitude o Governo cumpriu o seu dever e que não é importante a abertura das vagas e a outra é a forma e o conteúdo das declarações do Sr. Sub-Secretário Regional da Comunicação Social, porta-voz do Governo, que tornou pública essa mesma decisão.

Assim sendo, perguntava ao Sr. Deputado Francisco Sousa, ou ao Partido Socialista, o que é que o Partido Socialista deseja com este voto, ou seja, deseja protestar porque as vagas foram abertas, porque o Governo cumpriu de facto com o que estava estipulado atempadamente, permitindo que fosse criada uma das condições para a fixação dos professores ou se quer protestar, como vem sendo hábito, uma vez que os Membros do Governo estão debaixo de uma vigia constante, não podem sequer tossir sem que sejam alvo de um voto de protesto, e por isso mesmo, queria perguntar ao Partido Socialista o que é que deseja de facto: se é protestar contra as declarações, se é protestar pelo facto das vagas serem abertas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvimos com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa que culmina com a propositura a esta Câmara de um voto de protesto.

Nós consideramos bastante razoáveis todas as considerações feitas em relação a este voto de protesto.

Pensamos, no entanto, que talvez fosse preferível que se tivesse enquadrado o voto de protesto no sentido de se fazer uma análise mais sucinta à realidade que aqui se descreve, e com a qual concordamos, e, portanto, poderia ter ficado perfeitamente perceptível o protesto sem se ter feito uma tão grande análise dos considerandos.

De qualquer modo pensamos que terá, com certeza, sido dada, por parte do Governo Regional, uma exagerada importância a um acto normal que sempre e todos os anos o Governo Regional naturalmente tem que ter em relação aos concursos destes professores, como em relação a outros professores sucede aproximadamente a mesma coisa.

É dentro deste contexto de, efectivamente, se ter procurado empolar um acto de gestão normal administrativa do Governo, que nós vamos votar favoravelmente este voto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS não está, de forma nenhuma, contra a criação das 476 vagas para professores efectivos. O que está efectivamente contra é a demagogia que foi utilizada no anúncio da criação destas 476 vagas. Demagogia essa que vem de encontro à linha eleiçoeira já iniciada pelo Partido Social Democrata e que todos conhecemos...

(Risos do PSD e do Governo)

Mas o que há de grave em tudo isto não é a notícia e aquilo que possa afectar ao conhecimento dos professores, porque os professores já sabem que o ano passado se criaram 475 vagas e tudo continuou na mesma, mas é, sobretudo, a ilusão que isto pode criar na opinião pública porque a opinião pública, a partir daquele anúncio e da forma como o anúncio foi dado, ficou com a impressão de que "agora é que vai ser", que não vamos ter mais problemas nenhuns, as nossas escolas vão estar cheias de professores devidamente qualificados e, efectivamente, a realidade não é essa.

Aquilo que o Sr. Sub-Secretário disse à opinião pública foi introduzi-la numa ilusão e mesmo num campo que resvala, inclusivamente, para a própria mentira.

Mas a realidade regional, no aspecto da carência de professores, é grave, vai continuar a ser grave, porque a Secretaria Regional da Educação e Cultura não soube ainda encontrar os meios para resolver esse problema.

E para que as minhas palavras fiquem devidamente documentadas, eu tenho aqui uma amostragem da evolução dos professores na Região Autónoma dos Açores - de 4 anos - e gostaria de deixar aqui o meu testemunho nesse sentido: é que, por exemplo, em 85/86, professores sem habilitação no Ensino Prepa-

ratório havia, entre 721, apenas 159; em 89/90 em 991 professores do Ensino Preparatório, os professores sem habilitação estendiam-se por 382 professores.

No Ensino Secundário o panorama é também negro: em 85/86, entre 888 professores, havia apenas a leccionar, sem habilitação, 189, quando, em 89/90, dos 1397 professores 569 não tinham habilitação.

Este é que é o quadro!

Ora, o anúncio da criação dessas 476 vagas pode, efectivamente, dar à opinião pública açoriana a ideia de que as coisas vão bem neste "reino" quando, na verdade, vão muito mal.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Vão muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou o voto de protesto pelo teor das declarações incorrectas, tendenciosas, enganadoras, proferidas pelo porta-voz do Governo, sobre um decreto que tem vindo a ser publicado todos os anos desde que existe Governo Regional dos Açores.

Disse mentiras - já que o Sr. Deputado pergunta - porque este documento não leva à fixação de ninguém, só por si - e é isso que está explicado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mais: este documento, só por si, não leva ao combate do insucesso escolar, porque é falso.

Srs. Deputados, aqui em Setembro dissemos que precisávamos de meio milhar de professores nos Açores. A verdade é que, hoje, há pais nesta Casa que ainda têm filhos sem professores. E podemos dar uma volta pela Sala e perguntar a alguns dos Srs. Deputados que aqui estão se algum dia viram os quadros das suas escolas completos.

- Sr. Deputado Renato Moura, algum dia a Escola das Flores teve o quadro completo?

- Sr. Deputado Manuel Carvão Júnior, algum dia as vagas de matemática da sua Escola foram completas? Há quantos anos vêm a concurso? 10? 12 anos?

- Sr. Deputado Fernando Faria, há ou não alunos da Escola Secundária da Horta que hoje estão sem professor?

- Sr. Deputado Dionísio de Sousa, o Sr. tem ou não filhos numa escola que ainda hoje não tem professores?

É isto que estamos a discutir e o porta-

-voz do Governo o que disse foi que, com este documento aprovado no Plenário de 8 de Janeiro, tínhamos resolvido esta matéria. Nós protestamos é contra isto: é porque sabemos que esse documento, só por si, repito, não conduz a nada. O Sr. Secretário está a rir-se porque não são os seus filhos. Se o Sr. Secretário tivesse que arranjar explicadores de matemática para os seus filhos, talvez não se risse...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Já arranjei!

O Orador: Já arranjou?! Ótimo, mas devia arranjar era professores para a Escola e não explicadores!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Porque é que o Sr. em vez de estar a trabalhar no Sindicato não vai para lá?

O Orador: Eu sou Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores! É aí que eu trabalho!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Vá para lá trabalhar!

O Orador: Vá trabalhar o Sr.!

Presidente: Sr. Secretário e Sr. Deputado...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas).

O Orador: Se o Sr. é malcriado, eu também sei ser, Sr. Secretário!

Presidente: Sr. Secretário Regional...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas)

O Orador: Não tenho medo de "papões"!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): "Papões"? "Papões" é o que vocês são!

Presidente: Efectivamente não há grandes possibilidades da Mesa ordenar convenientemente os trabalhos porque as pessoas não querem guardar alguma contenção no estilo de discurso que utilizam.

Pediria encarecidamente às pessoas que têm assento nesta Casa que tivessem em conta que temos pesadas responsabilidades e que, portanto, não podemos, de maneira nenhuma, deixar resvalar-nos para um tipo de discurso e de diálogo que não nos dignifique.

Eu bem sei que no calor destes pontos de vista divergentes as coisas se acendem, mas temos que guardar um pouco de calma.

Pedia aos Srs. Deputados que colaborassem com a Mesa e que a ajudassem a dirigir convenientemente os trabalhos. De contrário, a única coisa que há a fazer é suspender os

trabalhos e esperar que os ânimos serenem - o que parece que seria, numa Assembleia desta natureza, perfeitamente inconveniente.

Posto isto e não havendo mais intervenções...

Sr. Deputado Rui Melo, o Regimento não lhe permite...

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, mas não lhe posso dar a palavra porque o Regimento não permite que lhe dê a palavra. Agradecia que o Sr. Deputado fizesse o favor de se sentar para que passemos à votação. O Sr. Deputado terá oportunidade de fazer uma declaração de voto, se assim o entender.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, eu desejava fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: O Sr. Deputado pretende interpelar a Mesa?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, eu desejava perguntar à mesa se ainda tenho mais algum tempo para intervir porque penso que não gastei todo o tempo na minha primeira intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, ficou já esclarecido na sessão anterior a disciplina pela qual se rege a discussão e a aprovação dos votos: cada representante parlamentar tem direito a uma intervenção por um tempo máximo de 5 minutos. Foi isto que ficou estabelecido, é isto que manda o Regimento e é isto que nós faremos! Mas isto não é só para hoje: isto tem sido feito desde a última sessão parlamentar.

Srs. Deputados, passamos então à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O resultado da votação é a seguinte: 22 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 25 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente, Renato Moura.

Presidente: Srs. Deputados, de acordo com a interpretação que a Mesa faz do Regimento e desta votação, conclui-se que o voto não foi aprovado.

Aliás, penso que já temos um precedente nesta matéria e em circunstâncias rigorosamente iguais. A situação que é configurada no artigo 118º não é esta que estamos a deba-

ter.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu voto fundamenta-se no seguinte:

Pela Comunicação Social chegou ao conhecimento de todos que o Governo da República extinguiu, por desnecessária, a respectiva Direcção -Geral da Comunicação Social.

O Sr. Presidente do Governo aqui persiste em ter a desnecessária e eventual Direcção Regional da Comunicação Social, elevada à categoria de Subsecretaria Regional.

A minha abstenção justifica-se porque no meio da carência de recursos financeiros que temos o Presidente do Governo Regional dá-se a luxos destes enquanto o Governo da República se vê na necessidade de poupar dinheiro.

Assim sendo, não vale a pena gastar votos nem tempo com quem, pelo menos em espírito, deixou de existir politicamente pelo menos na qualidade que ora lhe atribuem.

Daí o facto de ter inviabilizado a passagem deste voto.

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado Carlos César, mas não tinha entendido que o Sr. Deputado tivesse pedido a palavra para uma interpelação. Peço-lhe imensa desculpa e tem a palavra para interpelar a Mesa.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para pedir à Mesa que fundamentasse a interpretação que fez do Regimento de forma a que o meu Grupo Parlamentar se sinta, ou conformado com a decisão, ou habilitado a fundamentar um recurso dela.

Presidente: Sr. Deputado, em circunstâncias rigorosamente idênticas a esta já aqui tivemos uma circunstância.

Sr. Deputado Carlos César, já tivemos nesta Casa, na Sessão anterior, uma circunstância idêntica a esta, ou melhor, rigorosamente igual: a produção de um empate em que a Mesa anunciou que se teria que passar a uma 2ª votação e, na altura, foi entendido (e creio que bem) que não haveria lugar a essa 2ª votação porquanto a circunstância que estávamos a debater tratava-se também, creio eu, de um voto, como no caso concreto - e a situação que se punha era a de que não tinha passado o voto, ou seja, o voto não tinha sido reprovado mas também não tinha sido aprovado e, assim sendo, não havia razão para que se debatesse de novo.

A circunstância a que se reporta o artigo

118º do nosso Regimento configura-se mais com a apreciação de propostas de alteração a diplomas, e aqui também já aconteceu essa situação em que, perante o empate numa proposta de alteração, há uma nova discussão e, depois, segue-se uma votação em que se se verificar um empate equivale à rejeição dessa proposta.

Nesta circunstância foi esta a interpretação que a Mesa, hoje, fez, animando-se, aliás, em idêntica interpretação que fez na sessão anterior e, na altura, com a aquiescência de toda a Assembleia, e exactamente numa ocasião em que iria seguir o regime do artigo 118º lhe foi chamada a atenção para esse facto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, eu agora tenho dificuldade em saber ao abrigo de que ...

Bom, suponho que continuo a interpelar a Mesa sobre esta matéria, ou a apresentar um recurso, naturalmente...

O que se passa é o seguinte: - e é bom que as pessoas saibam visto que a discussão é necessariamente hermética porque é exclusivamente regimental e duvido até se, eventualmente, o resultado final deste processo, repetida a votação, não fosse naturalmente idêntico ao da primeira votação - mas o que é facto é que - e não me recordo dessa interpretação mas basta o Sr. Presidente da Assembleia dizê-lo para fazer fé na sua afirmação, embora, de memória, todos nós tenhamos um pouco de falhas e de espaços em branco - mas o que eu queria dizer é que se a Mesa deliberou nesse sentido e se o Plenário foi nesse sentido em alguma circunstância, deliberou efectivamente mal porque o artigo 118º é absolutamente claro no seu enunciado: ele refere-se a todas as deliberações e votações que ocorrem na Assembleia. A Mesa não se pode permitir fazer uma interpretação de que se destina **apenas a propostas de alteração**. Ainda se Vossa Excelência invocasse que se destinava **apenas a matérias da Ordem do Dia**, a coisa podia ser eventualmente aqui discutida. Mas não foi essa a argumentação que a Mesa apresentou, e o que se passa é que, nestes processos, o Regimento diz claramente que "quando a votação produza empate, a matéria sobre a qual ela tiver recaído entra de novo em discussão".

O ponto 2 diz o seguinte:

"Se o empate se tiver dado em votação não precedida de discussão, por ninguém ter pedido a palavra, repete-se a votação na reu-

nião imediata, com a possibilidade de discussão" - aqui, obviamente, temos que fazer a interpretação apenas relativa à natureza específica deste processo.

O ponto 3 é claro e diz que:

"O empate na segunda votação equivale a rejeição".

Portanto, a interpretação do Grupo Parlamentar do PS é que, nestas matérias, se deve fazer o que, aliás, já se fez a propósito de muitas outras ocasiões: é que deve ser aberto novo período de discussão. Nesta circunstância, até o que há em perspectiva apenas é uma intervenção do Sr. Deputado da bancada do PSD e, portanto, a questão não é do foro partidário ou aproveitamento partidário, mas, sim, uma questão de princípio que é naturalmente importante.

Depois, esgotada essa discussão, que tem o mesmo tratamento regimental da primeira, com uma intervenção de 5 minutos, é feita nova votação. Se houver empate, esse empate corresponde a uma rejeição.

Assim sendo, pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que, se pudesse, reconsiderasse, nesta matéria porque me parece mais adequada ao tratamento regimental que se pode ter. Se entender, eventualmente, poderá consultar os grupos parlamentares sobre essa matéria, mas creio que é mais adequado fazer-se assim.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos César, numa breve conversa com os Membros da Mesa, estou recordado que na circunstância que há pouco referi efectivamente este assunto foi debatido sobre a solução a dar nesta situação de empate e ficou entendido que, no caso de haver empate na votação, não haveria necessidade de fazer uma nova votação: pura e simplesmente o voto, na altura, não passou.

Não vejo razão, neste momento, arrimado nessa circunstância, para que a Mesa altere a sua posição sem prejuízo de, claramente, se o Sr. Deputado o requerer, pôr à votação um recurso.

De qualquer forma, poderei adiantar ao Sr. Deputado Carlos César que irei, na Conferência de Líderes a organizar num destes dias, colocar esta questão para que ela fique acertada, de uma vez por todas, e não tenhamos quaisquer dúvidas sobre o resultado das votações que aqui se fizerem nestas circunstâncias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o máximo respeito que a decisão da Mesa me merece e pensando que talvez não valha a pena uma Conferência de Líderes só para um assunto destes de mera interpretação regimental, eu recorria da decisão que a Mesa acaba de tomar para o Plenário, nos termos regimentais.

Presidente: Tendo o Sr. Deputado Carlos César recorrido da decisão da Mesa, submeto a decisão à votação dos Srs. Deputados.

Vou pôr à votação, portanto, a decisão da Mesa de considerar como não tendo passado o voto apresentado pelo Partido Socialista - é a interpretação da Mesa. O que está a ser recorrido é a interpretação da Mesa, segundo a qual, do ponto de vista regimental, não há necessidade de fazer uma 2ª discussão e uma 2ª votação e que o voto, portanto, não passou.

Os Srs. Deputados que concordam com a decisão da Mesa façam o favor de se manter como se encontram,

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, eu apresentei um recurso e o que se vota é o recurso.

Presidente: Tem toda a razão. Eu peço desculpa ao Sr. Deputado Carlos César: o que eu tenho que pôr à votação é, pura e simplesmente, o recurso.

Os Srs. Deputados que concordam com o recurso apresentado pelo Sr. Deputado Carlos César façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O recurso foi reprovado com 25 votos contra do PSD e 1 voto contra do Deputado Independente, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, nesta circunstância passamos à apreciação do voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputados Alvarino Pinheiro para apresentar o voto de protesto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Voto de Protesto"

O Decreto Legislativo Regional nº 17/89/A, de 20 de Setembro, institui o Seguro Agrícola de Colheitas, na Região Autónoma dos Açores.

Este diploma só viria a ser regulamentado

pela Portaria nº 30-A/91, de 25 de Junho, a qual fixou a data de entrada em vigor do regulamento para o dia 1 de Julho de 1991.

Porém, os produtos agrícolas dos Açores não puderam ter acesso a esta condição essencial para defesa contra os riscos tão frequentes na nossa terra, como são os das intempéries, porque as companhias de seguro não se mostraram interessadas, ou pelo menos habilitadas ou preparadas para proceder aos respectivos seguros.

Nem tão pouco a seguradora com sede nos Açores e que é uma das empresas públicas regionais onde a Região tem investido, se preocupou em criar as condições adequadas para que se pudesse dar execução à legislação regional em vigor.

Registaram-se, infelizmente, como é sabido, logo nos primeiros dias do ano, violentos temporais nos Açores, principalmente caracterizados por ventos muitíssimo fortes que provocaram estragos de milhares de contos em muitas culturas, que, poderiam estar seguras, por estarem abrangidas no âmbito do diploma.

Nos termos da legislação em vigor, a Região dispenderia verbas com a bonificação dos prémios de seguro e com a compensação financeira às empresas seguradoras, se, em condições normais, o sistema estivesse a funcionar.

Os produtores lesados não são culpados pela situação existente, já que não puderam segurar as respectivas culturas e em vista disto alguns têm procurado obter subsídios governamentais que minimamente os compensem dos avultados prejuízos sofridos, mas, tanto quanto se sabe, nem conseguiram sequer ainda recebidos pelo Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados do Grupo Parlamentar do CDS propõem a aprovação do seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta pelo facto de não ter sido dada execução pela Açoriana de Seguros e pelo Fundo Açoriano do Seguro de Colheitas ao Decreto Legislativo Regional nº 17/89/A, de 20 de Setembro e também pela circunstância de, face a isso, o Governo Regional ainda não ter dedicado a devida atenção aos prejuízos verificados nas colheitas em resultado dos temporais de Janeiro de 1992, procedendo à competente avaliação e atribuindo os subsídios devidos pelo facto de os riscos não serem seguráveis, "por razão que não é imputável aos produtores".

Presidente: Está este voto à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Propõe o CDS um voto de protesto pelo facto de que - pelo menos é a interpretação que daqui extraímos - por um lado, as companhias de Seguros, por outro lado, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas falharam no que diz respeito à aplicação de legislação há bastante tempo aqui aprovada, concretamente o Decreto Legislativo Regional que institui o "Seguro Agrícola de Colheitas", e que, mercê dos temporais que se verificaram, levou a prejuízos consideráveis por parte da economia da nossa Região essencialmente num sector dos mais importantes, ou seja, relacionados com a produção agrícola.

Pela nossa parte pensamos que tem todas as razões o CDS ao apresentar este voto de protesto e, por isso mesmo, vamos dar-lhe o nosso apoio e o nosso voto favorável, por um lado. Por outro lado, neste momento tem a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, a seu cargo, regulamentar um outro decreto regional relativo também a esta matéria, concretamente o "Seguro Pecuário", e esperemos que, atempadamente, ele seja regulamentado pela Secretaria como lhe compete, ou seja, até ao próximo mês de Junho.

Por outro lado ainda, pensamos que seria muito importante que, se este voto vier a ser aprovado, como nós desejamos e esperamos, àquela tribuna o Governo Regional possa trazer algum responsável governamental que venha aqui explicar as razões pela qual não cumpriu os seus deveres para com os agricultores desta Região.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já é relativamente antiga a legislação que obriga à existência de um "Seguro Agrícola de Colheitas" - já se trata de um decreto que vem de 1989.

Todavia, levou bastante tempo para ser regulamentado, mas a intenção da Secretaria, quando o regulamenta através da sua portaria, era de que ele deveria entrar em vigor no dia 1 de Julho de 1991. O certo é que, na prática, se verifica que a legislação acabou não tendo eficácia, ou seja, o "Seguro de Colheitas", na prática, acabou não existindo

porque, como se teve ocasião de assistir pela Comunicação Social, os interessados nesse Seguro foram agora colhidos por este temporal e não teriam tido hipóteses de recorrer aos Seguros porque os Seguros não estavam habilitados - ou porque não estavam interessados, ou por outra razão qualquer - em fazer os referidos Seguros.

O assunto parece realmente grave, sobretudo na perspectiva de termos uma Companhia de Seguros que é da Região, que é uma Companhia de Seguros para a qual se designam Administrações e é uma Companhia de Seguros para a qual se consagram, dos dinheiros públicos regionais, importantes verbas para o seu capital social e para o seu desenvolvimento e se considera que é uma empresa que é importante manter.

Ora, uma empresa pública só tem razão de ser se ela também for um instrumento colocado pela Região ao Serviço, antes de mais nada, da própria legislação que é aprovada por esta Assembleia.

Assim, se ainda se pode entender que as outras Companhias de Seguros pudessem eventualmente, embora operando na Região, não se terem interessado, à partida, muito por esta situação, é inegável que se tem de condenar a Companhia de Seguros Açoriana por não se ter interessado em criar condições para a aplicação prática desta legislação à Região.

A situação que existe e que vem aqui neste voto parece-me que é uma forma de intervenção que, de alguma forma, alerta a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para este efeito e que visa aconselhá-la a que esta situação seja olhada de uma forma especial, ou seja, se nesta circunstância houvesse Seguros, pois é lógico que os produtores não poderiam estar à espera de que, não tendo querido segurar as respectivas culturas, quisessem agora vir a receber apoio pelo facto delas terem sido destruídas pelos temporais. Mas se, efectivamente, havia a expectativa de que o Seguro deveria existir, se havia legislação aprovada por esta Assembleia no sentido dele existir, se havia uma regulamentação da Secretaria Regional que já tem mais de meio ano e que apontava no sentido da entrada em vigor em 1 de Julho, julgo que, agora, o que restará será, efectivamente, aprovar este voto que, no fim de contas, acaba por ser a significação por parte desta Assembleia, de que deseja ver cumprida a sua legislação, de que deseja vê-la executada. E, já que ela não foi, julgo que, nesta circunstância, só restará à Secretaria Regional da Agri-

cultura e Pescas, utilizando até as verbas que não despendeu e que teria despendido, nomeadamente na bonificação do prémio e na compensação às Companhias Seguradoras, tal como se encontra previsto na legislação e está previsto no Orçamento, essas verbas não foram por essa via despendidas, e, assim sendo, julgo que agora será uma medida de justiça - e daí a oportunidade do voto atribuir alguma compensação aos produtores que, nas várias ilhas dos Açores, foram prejudicados pelos temporais de Janeiro deste ano.

Por todas estas razões julgo que esta intervenção, feita sob esta forma, nem por isso deixa de ser uma intervenção e uma forma de abordar um problema que efectivamente é importante e que, proveniente do Grupo Parlamentar do CDS, tem todas as condições para merecer efectiva aprovação e que ela há-de conduzir, por parte do Governo Regional, a uma medida de justiça para com esta situação e há-de também conduzir a que a própria Companhia de Seguros Açoriana se venha agora a interessar por este assunto, tomá-lo mais a sério, no que o Governo Regional também terá responsabilidades e poderá exercê-las, naturalmente, através da respectiva tutela.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por diversas vezes temos manifestado a nossa preocupação pelos atrasos na regulamentação dos diplomas aprovados nesta Assembleia e o Decreto Legislativo Regional nº 17/89/A, de 20 de Setembro, não fugiu à regra.

Estamos convictos que com uma regulamentação mais rápida, as Seguradoras teriam tido mais tempo para que o "Seguro Agrícola de Colheitas" fosse já uma realidade para os agricultores.

Tal não veio a verificar-se e foram, uma vez mais, estes que foram altamente prejudicados nas suas culturas porque, com os últimos temporais, tomates, estufas, etc., foram alvo de grandes estragos, causando aos seus proprietários milhares de contos de prejuízos.

Pelo seu conteúdo, o voto de protesto apresentado pelo CDS merece o nosso voto favorável e que a sua aprovação sirva para que as Seguradoras actuem com rapidez e o Governo Regional se debruce sobre a situação e indemnice os agricultores penalizados porque estes, uma vez mais, foram vítimas de uma situação para a qual não contribui-

ram.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que se ouviu aqui sobre a fundamentação deste voto de protesto poderia também merecer a concordância desta bancada se, na realidade, este voto de protesto não tivesse, todo ele, civado de situações que não são verdadeiras. Por isso compete-nos, a nós, explicar as razões pelas quais não são verdadeiras e aí poderem os Srs. Deputados em consciência, formular a decisão do seu voto.

Na realidade, diz o apresentante do voto que (e reconhece aliás) são muito frequentes e sérias é graves as intempéries nesta terra e, por isso mesmo, foi criado um Seguro de Colheitas. Mas, por isso mesmo também, as Companhias de Seguros têm e tiveram muita dificuldade em lhe dar tradução prática.

Como certamente os Srs. Deputados compreenderão tão bem como eu, as Companhias de Seguros, e mesmo a Companhia de Seguros Açoriana que aqui foi atacada, é uma empresa que, embora seja pública, nem por isso pode contrariar os seus próprios estatutos de empresa pública e não pode receber, ao contrário do que se diz e que se pensa, ordens ou instruções da tutela que vão contra os seus próprios estatutos. Isto está claro na própria lei das empresas públicas.

A verdade é que a matéria era complicada - V. Exas compreenderão tão bem como eu -, as Companhias de Seguros normalmente não gostam de arriscar em Seguros, embora o contrato seguro seja um risco mas isto era um risco demasiado, e, portanto, tudo isto demorou.

É evidente que já está em vigor o "Seguro de Colheitas" e devo dizer aos Srs. Deputados, que possivelmente não sabem, que, para além da Companhia de Seguros Açoriana, já se conseguiu também que a própria Companhia de Seguros Mundial aceite este "Seguro de Colheitas". Como devem compreender não é fácil e não se apresenta com esta falta de clareza do voto de protesto: o "Seguro de Colheitas" já existe e já está a ser feito por mais de uma Companhia de Seguros. É óbvio que houve demora porque a matéria era extremamente complexa.

Por outro lado, acusa-se aqui o Fundo Açoriano de Colheitas como se fosse uma entidade que não existisse. É bom deixar claro aos Srs. Deputados que este Fundo foi imediatamente regulamentado e dotado das ver-

bas próprias para a participação no risco. Agora, é evidente que não é ao Fundo, só por si, que compete fazer os Seguros nem pode garantir os sinistros. Portanto, embora existam essas verbas e o Fundo tivesse sido, desde logo, dotado delas, enquanto as Companhias de Seguros não resolveram esta matéria que era melindrosa, o próprio Fundo sentia-se impedido de, só por si, poder agir.

A outra questão que fica também muito clara em relação a este voto de protesto é que os prejuízos que foram originados por esta intempérie de Janeiro e que, também diz o voto de protesto, "não mereceram nenhuma atenção do Governo Regional, deve-se dizer que não é verdade. O Governo Regional começou logo a fazer um levantamento dos respectivos prejuízos - o que está a ser feito.

Ora, o que me causa mais estranheza é o facto do Sr. Deputado apresentante, que tinha obrigação de saber isto, não o saiba porque quem certamente lhe fez veicular estas informações tinha até o conhecimento correcto - porque nós desconfiamos quem é que lhas fez chegar - e, portanto, tinha obrigação de saber que estão a ser feitos estes levantamentos.

Estou de acordo com o que diz o Sr. Deputado Renato Moura porque também o próprio Governo Regional pensou que, na realidade, desse dinheiro do Fundo que não chegou a ser usado porque as Companhias de Seguros atempadamente não exequiram os Seguros, estar-se-á a pensar, como consequência deste levantamento, poder-se utilizar as verbas para efectivamente poder minimizar estes prejuízos.

É evidente que os Srs. Deputados não sabiam isto, alguns dos Srs. Deputados fizeram estas críticas, porque eu também as faria se não conhecesse, mas compete-nos, a nós dar os respectivos esclarecimentos antes dos Srs. Deputados formularem o seu voto.

Por último, só queria dizer que o Governo Regional não pode, como os Srs. Deputados compreendem tão bem como eu, obrigar as Companhias de Seguros a fazer os seguros.

Ainda em relação a este voto diz-se uma coisa menos correcta, ou seja, que parece que o Sr. Secretário se tem recusado a receber os agricultores.

Devo dizer que isso não é verdade. Apenas foi pedida uma audiência ao Sr. Secretário, nesta 2ª feira, quando o Sr. Secretário estava em Bruxelas - ele chegou ontem. Portanto, só hoje é que tomou conhecimento de que foi solicitada a audiência por estes agriculto-

res.

Penso que já deixei aos Srs. Deputados todos os esclarecimentos em relação à matéria deste voto e, quem o apresentou, apresentou-o talvez com os elementos que tinha, mas fica aqui a correcção de que, realmente, este voto de protesto não tem, em nosso entender, este conteúdo que aqui se apresenta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente as questões aqui levantadas pelo Sr. Deputado, líder da bancada do PSD, não nos trouxeram nenhuma novidade e, de resto, limitam-se a questões laterais relativamente àquilo que vai muito clara e explicitamente apresentado no voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS a esta Câmara.

Evidentemente o Sr. Deputado pretendeu - o que se compreende - anular o impacto, não só do que aqui foi escrito e apresentado, como se algumas pertinentes observações e fundamentos apresentados pelos representantes das restantes bancadas e pelo Deputado Independente aqui nesta Assembleia. Estávamos até mesmo com receio que o Sr. Deputado pudesse acabar, anunciando, eventualmente, a sua concordância com este voto, embora não concordando literalmente com alguns dos considerandos, o que até é legítimo ou podia ser legítimo.

Sob o nosso ponto de vista, e já foi aqui dito, não queremos repisar, mas, na nossa óptica, o que é importante referir são as questões que estão na base de todo este processo. E mais: se é - e já aconteceu no passado - que sem a existência dos instrumentos que foram aqui enunciados o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, já compensou produtores em resultado de situações provenientes de temporais (e isto é facto!), o que nós queremos deixar muito claro é que, desta vez e este ano, não se justifica que o Governo Regional já não tivesse proferido uma declaração muito objectiva e muito clara quanto ao apoio, à sua intenção e à sua disponibilidade para apoiar, subsidiar os produtores afectados negativamente por essas intempéries, após o rigoroso estudo de avaliação, mas deixar claro às pessoas e politicamente tranquilizar os produtores afectados de que era intenção do Governo compensar, dentro do possível.

O Governo não o fez até hoje! Alguns dos

elementos aqui avançados pelo Sr. Deputado Victor Evaristo, que coincidem, de resto, com a filosofia e o ponto de vista dessa proposta de resolução, têm de facto a ver com a existência no próprio Orçamento da Região, de verbas inicialmente previstas para fazerem face aos compromissos da Administração Regional para com as Seguradoras e restantes compromissos que vêm aqui enumerados na legislação em vigor.

Portanto, o testemunho que foi dado pelo Sr. Deputado Victor Evaristo confirma e reforça o nosso ponto de vista, de que há, inclusivamente, verbas cujo destino era ocorrer a situações deste tipo. Mas porque os instrumentos não foram acautelados, porque isso é importante, nós sabemos que o Governo Regional não manda nas Seguradoras mas o Governo Regional tem grandes responsabilidades sobre uma empresa pública regional de Seguros e em que, por diversas vezes e sob o ponto de vista político, o Governo Regional considera como instrumento fundamental para a execução da sua política e nomeadamente da sua política financeira em conjugação com o sector público que existe na Região, o Governo, se conseguiu (e fez esforços e nós registamos isso) recentemente, convencer mais uma Seguradora para colaborar na execução desse diploma regional, é só de lamentar que o Governo não o tivesse conseguido a tempo e horas, durante o ano anterior, para que os temporais deste ano já estivessem salvaguardados.

Portanto, todos os juízos, e aqui há alguns juízos que condenam a acção e a política do Governo Regional nesta matéria, sob o nosso ponto de vista têm total cabimento. Sobre a necessidade do Governo Regional imediatamente desencadear um processo em colaboração com os interessados (isso também aqui se condena), a informação que nós temos é que, efectivamente, tem havido diligências de interessados para estabelecer um contacto directo com o Governo. Mas nós entendemos mais: o Governo é que deveria ir, imediatamente, ao encontro dos interessados, das suas Associações, para, com eles, encontrar uma solução e não ficar à espera que eles, sistematicamente, se apresentem junto do Governo a reclamar dessas compensações, porque o Governo tem a consciência de que, desta vez, possui responsabilidades em todo esse processo, mais que não seja por não ter vindo a esta Casa até 31 de Dezembro explicar aos deputados porque razão não tinha sido possível pôr em funcionamento o mecanismo que aqui está previsto.

É por todas estas razões que entendemos que se justifica plenamente e é totalmente oportuno esta Assembleia votar o voto de protesto por nós apresentado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto apresentado pelo Centro Democrático Social façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi aprovado com 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS, 1 voto favorável do PCP, 1 voto favorável do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PSD.

Presidente: Srs. Deputados, passamos agora ao Período de Antes da Ordem do Dia destinado ao tratamento, pelos Srs. Deputados, de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

Esta minha intervenção, de hoje, poderá parecer despropositada e até ultrapassada no tempo. Na verdade, em meu entender, isso não acontece, dado que, no plenário do mês de Dezembro passado, quando se discutiu o Plano e Orçamento para 1992, muitas verdades ficaram por dizer - por falta de tempo no "período de Antes da Ordem do Dia" - e que, como se sabe, a oposição não gosta de ouvir, mais concretamente o Partido Socialista.

Naquela altura, estávamos ainda próximos de um acontecimento de grande relevância para o País e para a nossa Região Autónoma.

Acontecimento este que, nem de perto nem de longe, foi referido neste plenário.

Como é do conhecimento do povo e dos políticos no País e na nossa Região Autónoma, teve lugar as eleições, em 6 de Outubro passado, para Deputados à Assembleia da República.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu sei que isto custa a ouvir, mas não têm outro remédio!

Era bem manifesta, durante a campanha eleitoral, a euforia dos partidos da oposição.

Salientamos de uma forma especial o método intervencionista do Partido Socialista que, se não fazia coro com os camaradas dos partidos mais à esquerda, apregoava em lin-

guagem controversa e agressiva **que agora era a vez deles** (socialistas) e em reclames de propaganda enfática, distribuída pelos quatro cantos do país, reforçavam que "agora sim" iam fazer deste país a "mudança segura".

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pela linguagem do Partido Socialista facilmente se deduzia que estaria para breve a **cantata** de uma gloriosa vitória para só existia na imaginação dos seus líderes.

Mas a realidade social do País era diferente da estratégia falhada do Partido Socialista.

É que, estávamos em 1991 e durante a última meia dúzia de anos, o país soube avaliar a estratégia dos Governos Sociais Democratas do Continente e das Regiões Autónomas, habituara-se a viver em estabilidade política e social e com o desenvolvimento a todos os níveis.

Este grande surto de progresso, conseguido em Democracia e Liberdade, não poderia ser contestado pela retórica demagógica da oposição.

Não é possível "tapar o sol com uma peneira" nem escamotear os factos e a realidade do país.

Por isso mesmo o povo deu a devida resposta em 6 de Outubro ao Partido Socialista e aos restantes partidos da oposição.

É que a força dos votos não se compadece com a voz oposicionista muito semelhante à dos antigos velhos do Restelo que também se opunham à grande gesta dos Descobrimentos Portugueses, dando novos mundos ao mundo e guindando o País a um lugar então nunca dantes conseguido.

Na verdade, o facto do Partido Socialista numa estratégia de campanha ultrapassada ao procurar apresentar males e fazer caraculhas que não existiam a não ser na própria ambição da conquista do poder pelo poder, acabou sofrendo o desaire de uma estrondosa derrota eleitoral.

Que a lição dada pelo Povo ao Partido Socialista lhe sirva de exemplo extensivo a toda a oposição e a todos quantos conduzem a política deste país.

É que o Povo já não aceita mensagens caducas nem fastidiosas de tanto repetitivas e vazias de conteúdo.

O nosso Povo está farto de demagogia e das atitudes arrogantes recheadas de petulância de certos líderes da oposição que só sabem criticar e confundir a competência e objectividade daqueles que nos últimos anos têm governado o País, de uma forma deveras

notável quando comparada a anteriores governações quando a oposição foi poder.

É que, Senhor Presidente e Senhores Deputados, isto de se tomar a núvem por juno, quando se trata de eleições por vezes tem um preço amargo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

Na minha intervenção no plenário do mês de Setembro pretendi afirmar que era o Povo o único juiz daqueles que o governam.

As últimas eleições são pois facto indiscutível do que então afirmei.

Durante a campanha eleitoral aqui nos Açores foram bastante notórias as agressividades eufóricas e demagógicas com que os líderes da oposição tentaram denegrir João Bosco Mota Amaral e Cavaco Silva.

Estratégia gorada pela resposta do voto popular nas urnas.

O líder do Partido Socialista, Eng^o Martins Goulart, como que a fazer a corda antes do bezerro nascer, delirantemente chegou mesmo a prometer uma semana de férias a todos os açorianos, caso o Partido Socialista ganhasse as eleições em 1992.

Porque para Martins Goulart, será fácil deduzir, as passadas eleições já eram favas contadas.

Na verdade a ambição demasiada por vezes é considerada ridícula pelo Povo que trabalha.

Ainda na minha intervenção no plenário do mês de Setembro fui mimosiado por um **piropo** que me foi dirigido, em atitude nervótica, pelo Sr. Deputado Carlos César.

Em plena Assembleia pedi-lhe mesmo que ele repetisse o piropo.

Porém, ele não teve coragem de repeti-lo.

Na verdade a petulância e a arrogância não escondem nem substituem a coragem do homem.

É que, Sr. Deputado Carlos César, atendendo a que de facto a minha humildade nunca me coarctou nem a responsabilidade nem a coragem de assumi-la, apenas lhe digo, com a frontalidade dos humildes, que quando V. Exa. me dirigir o piropo, não pretenda fazer de mim o espelho da sua própria imagem. Sobretudo, quando não tiver a coragem de repetir um piropo que bem poderia ser ofensa, porque sou suficientemente decidido a obrigá-lo a tirar a prova dos nove ou real se for caso disso.

Também quero afirmar ao Sr. Deputado Carlos César que, qualquer piropo vindo dos

actuais líderes do Partido Socialista, de que V. Exa. é um deles, apenas poderão reflectir a sua imagem política e digo-lhe com toda a convicção que V. Exa. não é capaz de me ofender, pois se o fizer receberá sempre a resposta adequada.

Os homens não se medem aos palmos nem as casas pelas fronteiras.

Mas voltemos às eleições.

Pelo Concelho da Lagoa de que eu sou um simples munícipe, a vangloriosa euforia socialista pela voz maneirista do seu líder local, Eng^o Martins Mota, apregooou através da Rádio Atlântida, julgando-se a falar como se estivesse perante imenso auditório, sobre a minha situação política durante a campanha eleitoral.

Confundiu a minha serenidade com desespero, e decidiu mesmo o meu fim político.

Já dizia Jesus Cristo no seu Evangelho que "ninguém é profeta na sua terra".

Até porque, na verdade, eu não me preocupo com a minha situação política e apenas desejo, em primeiro lugar, continuar a servir, o melhor possível, a minha terra.

Mas a melhor resposta ao Partido Socialista da Lagoa foi dada nas urnas pelo voto popular.

Tanto assim é que, muitos dos lagoenses, já se aperceberam que, infelizmente, nas últimas eleições para as Autarquias Locais, no seu Concelho o Partido Socialista vendeu "gato por lebre", ao apresentar candidatos a Presidente e Vereador a tempo inteiro à Câmara Municipal que, pela sua acção e atitudes a vários níveis, deixam muito a desejar e são objecto de variadíssimas críticas do Povo que os elegeu e está bastante arrepenido.

O primeiro, sem arredar pé, dá o dito por não dito, com a maior das facilidades e também com o maior dos descaramentos os lagoenses já se aperceberam disso - e como diz o ditado popular "um mal nunca vem só".

O segundo julga-se a gerir uma empresa privada, como se a Câmara Municipal fosse propriedade dele.

Por isso mesmo há muito que se lhe diga.

O Povo Açoriano já não se compadece com delongas oposicionistas de crítica fácil e palavreado barato.

Estas eleições demonstraram-lhe bem até à saciedade: o Povo Açoriano quer continuar a desenvolver os seus recursos em paz, em progresso contínuo, em estabilidade social e política. E só um Governo Social Democrata tem capacidade e competência para garantir a realização do progresso integral de toda

a nossa Região Autónoma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

O Povo Açoriano não esquece a figura de político extraordinário que tem sido o Dr. João Bosco Mota Amaral, primeiro obreiro da criação da nossa Autonomia Democrática e Livre.

É por isso mesmo que temos a esperança de que havemos, de novo, merecer em 1992 a confiança do eleitorado açoriano.

Até porque a nossa Região Autónoma é formada por comunidades pequenas em que na generalidade, nos conhecemos uns aos outros, os mais e os menos competentes, por isso mesmo da oposição como sói dizer-se em gíria popular, "não se vislumbra loura de onde saia coelho".

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel para pedir esclarecimentos.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado António Varão, ouvi com muita atenção a sua intervenção e fico muito satisfeito porque parece que há uma escola dentro do Grupo parlamentar do PSD - a escola do Deputado Rui Melo - que começou com o Sr. Deputado Rui Melo, continuou com o Sr. Deputado José Carlos Simas e fecha com "chave de ouro" com o Sr. Deputado António Varão.. Há umas ligeiras "nuances", embora todos digam a mesma coisa, e as "nuances" é a maneira como se diz.

Ora, eu fiquei ansiosamente à espera que o Sr. Deputado António Varão citasse o Jorge Ferreira, na sequência lógica do Marco Paulo na intervenção do Sr. Deputado José Carlos Simas. Não tive o prazer de tal ouvir.

De qualquer maneira gostava de esclarecer o Sr. Deputado, com todo o respeito que me merece, que a humildade que o Sr. Deputado apregoa, e que nem sempre tem, só lhe fica bem. O que lhe fica mal é o atrevimento que o Sr. Deputado às vezes tem de falar de coisas que não sabe - e fica-lhe mal a si e ficaria mal a mim se alguma vez eu fizesse isso. A humildade fica-lhe bem. Se o Sr. Deputado é humilde, eu não sei, mas se a praticar tem todo o meu apoio; o atrevimento é que é grave!!!

Em relação à situação da Lagoa que o Sr. Deputado citou, eu não vou entrar nisso porque isso é um mero assunto de Assembleia

Municipal, mas gostava de fazer uma ligeira crítica e perguntar se o Sr. Deputado se arroga o direito de falar em nome dos eleitores da Lagoa. E isto porque o Sr. Deputado disse aqui que "o povo arrependeu-se".

Ora, se o Sr. Deputado não é um "iluminado", como é que sabe isso? É pelo voto?

Há pouco, na sua intervenção, o Sr. Deputado falou frequentes vezes, que o povo tinha dado a resposta votando. Eu não me arrego o direito (e aí é que é o seu atrevimento) de dizer que o povo se enganou. O povo pode ter votado erradamente, mas terá que rectificar em eleições, não sou eu que o vou dizer. Se o povo da Lagoa se enganou e agora disse o Sr. Deputado tem conhecimento, não sei se é porque fez sondagens, se é só de ouvido, porque julgo que o Sr. Deputado não é o Provedor da Lagoa!... É uma coisa que é preciso esclarecer porque o Sr. Deputado anda-se arrogando, um pouco, em intérprete e porta-voz dos lagoenses, o que é falso, obviamente, porque já perderam as autárquicas, perdeu todo o crédito que teve nalguma altura, e não lhe reconheço esse direito.

Há ainda um outro pormenor que não sei se o meu camarada Carlos César quererá responder, mas julgo que não valerá a pena, mas que eu gostaria de rectificar: era bom o Sr. Deputado continuar a sua consulta exaustiva ao dicionário e ver que "piropo" é uma coisa que normalmente se faz a uma senhora bonita e não acredito que alguém tenha feito um "piropo" a si...

(Risos do PS)

...primeiro porque não é senhora e, depois, vou-me escusar de comentar se é bonito ou se é feio porque isso é muito subjectivo. Era por isso que agradecia que consultasse o dicionário com algum cuidado e visse que "piropo" não se aplica a si de certeza absoluta!!!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A minha intervenção brevíssima tem a figura de um esclarecimento que quero dar, embora, no fundo, seja para manifestar a satisfação, em nome do Grupo Parlamentar do PS, pelas três intervenções em linha de estratégia aqui proferidas: é que, de facto, o eng^o Martins Goulart, líder do PS, estava escondido, estava envolto em mistério, estava desaparecido.

Afinal, está bem vivo! Ainda bem! E se

até aqui e mesmo assim incomoda, daqui por diante incomodará muito mais.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS manifesto a minha satisfação porque é sintomático.

Gostaria, depois, de acrescentar uma coisa sem ofender ninguém: eu creio que, em português, há a língua norma-padrão e há a figuração literária. Ontem, quando o Sr. Deputado Rui Melo foi àquela tribuna falar em primárias, eu percebi o que é que ele queria dizer.

Quando se dizem expressões, em contextos próprios, é preciso que se entenda o que elas querem dizer porque assim é que é sério e assim é que é de bom gosto porque há a norma-padrão e há a figuração literária e qualquer deputado é obrigado a sabê-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão para prestar esclarecimentos.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser muito rápido na minha resposta ao Sr. Deputado Albano Pimentel.

O Sr. Deputado falou muito, mas disse pouco. A verdade é essa, mas esse é o seu estilo, nós já o conhecemos e, portanto, não vale a pena gastar saliva com o seu palavreado.

No entanto, o Sr. Deputado pergunta-me se eu sou representante da Lagoa.

De facto, eu não sou representante da Lagoa, mas sou Deputado Regional e, como tal, gosto de trabalhar, de conversar com as pessoas e procuro cumprir o meu dever. Com essa estratégia sinto-me bem porque gosto de trabalhar e de sentir aquilo que as outras pessoas também sentem. Isso é coisa que o Sr. Deputado não faz. Portanto, eu estou devidamente credenciado para falar da forma que falei.

E não lhe digo mais nada porque seria gastar tempo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer o seguinte: protestar pelo facto de, pela 2ª vez, aquele Sr. Deputado se dirigir nesta Câmara em termos excessivamente pessoais a uma personalidade que não está aqui presente e que, portanto, não tem condições de se defender dele - no caso em referência o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa.

A coragem que aquele Sr. tem aqui, sei eu que não a tem no sítio onde devia. É lamentável que venha aqui para a Assembleia

Legislativa Regional fazer aqueles discursos e aquelas acusações, tanto mais que a matéria sobre a qual ele inisnuia comportamentos e estilos é matéria desde há muito comprovadamente considerada como objecto de uma gestão adequada pelas instâncias inspectivas próprias do Governo Regional dos Açores.

Outra coisa ainda não foi porque também ainda não tivemos tempo para isso (eu tenho tido muitas coisas entre mãos para fazer) que é: pedir a quem de direito que averigue, com o necessário escrupulo e pormenor, quer a gestão de algumas verbas concedidas a Comissões de Melhoramentos na freguesia do Rosário da Lagoa, quer à gestão de um edifício que lá existe, no bom estilo faraónico, onde as intenções são "quanto baste" e a sua aplicação é "quanto menos se sabe".

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso, de maneira nenhuma, iniciar esta minha intervenção sem fazer um rigoroso protesto à intervenção do Sr. Deputado Carlos César, que aqui traz a esta Casa determinadas insinuações sobre o exercício de um mandato de um colega meu, eleito pelo povo, numa Junta de Freguesia, que tinha Assembleia de Freguesia a quem prestou contas.

É gravíssimo, Sr. Deputado, insinuar, ou entrelinhar, a atitude e o exercício daqueles que estão mandatados para exercer o poder. O Sr. Deputado não tenha problemas: averigue! Nós não tememos! Façam Comissões de Inquérito em vez de fazer esses votos de protesto ridículos! Nós queremos esclarecer a questão! Os Membros do Governo, os Deputados, os nossos autarcas não têm medo! Façam inquéritos em vez de insinuarem constantemente!

Os Srs. Deputados também devem ter-se apercebido que nós não tivemos oportunidade, devido à evolução da aprovação do Plano e do Orçamento, para produzir estas intervenções na anterior Sessão. Elas tinham que ser feitas: São um balanço normal da actividade política dos partidos, das suas posições, das suas vitórias - claro que quando há vitórias há derrotas. Lamento que os Srs. sejam os derrotados.

Quero terminar, dizendo que fico muito satisfeito por ter ouvido, aqui nesta Casa, que as derrotas não credibilizam ninguém. Está correcto! Por isso é que o Eng^o Martins Goulart já perdeu duas vezes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas para participar no debate.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos César. Parece-me que devo dá-lo porque o Sr. Deputado Carlos César também faltou um pouco à verdade quando aqui diz que o meu colega de bancada, António Varão, faz, no seu discurso, alusões e juízos acerca de pessoas que não estão aqui para se defender.

Eu quero lembrar ao Sr. Deputado Carlos César que o Sr. Presidente da Câmara que aqui foi citado - o Sr. Eng^o Martins Mota - é que abriu esse precedente através de uma rádio local, não estando lá também na sua presença as pessoas que ele visou.

É apenas este esclarecimento que queria que ficasse registado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria voltar à questão, nem tão pouco vale a pena, porque isso são assuntos que não devem ser discutidos aqui porque isto não é Assembleia Municipal nenhuma. Todavia, há coisas que têm que ser ditas. Eu levanto aqui questões, mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal manda "faxes" para cá a dar respostas.

Isso é enganar a Assembleia porque eu levantei, aqui há tempos, um problema (não vou agora falar nele), que, depois, o Sr. Presidente da Câmara veio desmentir em fax - que eu tenho aqui na minha frente.

Além disso, aquilo que ele aqui diz é mentira, ou seja, que eu, à posteriori, adquiri um quadro que está lá assinado por ele e que comprova a verdade. Se o Sr. Deputado quiser, eu dou-lhe depois uma fotocópia porque, como já disse anteriormente, isto não é Assembleia Municipal para discutir estes assuntos.

Portanto, quando eu levantei a questão e continuo a levantar sei por que o estou fazendo.

Presidente: Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nesta curta intervenção e ao contrário do que me é habitual, não irei focar mais do que um tema. Devido à sua importância e

à necessidade de tratamento imediato, apenas vos falarei sobre o Cais do Porto da Casa na Ilha do Corvo.

Início, orçando 15 milhas para Ocidente na derrota do Corvo, a fim de apresentar os meus parabéns aos Florentinos, pela inauguração do Porto das Lajes. Fazendo minhas as palavras de um Membro do Governo, direi: " Finalmente foi quebrado o isolamento de 500 anos da Ilha das Flores". Pena é que esta afirmação não se possa fazer em relação à Ilha do Corvo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É apanágio do Governo desta Região afirmar que pretende o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas. Não será esse o resultado pretendido ao prever aumentar o Cais do Porto da Casa em apenas 30 metros.

Este deverá ser aumentado em mais 50 metros ou o que for necessário, a fim de permitir atracar um navio de média tonelagem na cabeça do respectivo molhe. Esta é a vontade dos Corvinos que aqui me honro de expressar. Este assunto já foi posto à consideração do Governo no passado mês de Julho, aquando da visita do mesmo ao Corvo. Ouvimos as mais variadas justificações, mas nenhuma delas minimamente convincente. Falando muito claramente, penso que o problema reside em duas questões que são:

1^o Falta de vontade política por parte do Governo;

2^o Economia de verbas em detrimento do desenvolvimento do Corvo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O acrescentamento do Porto da Casa no tamanho mínimo necessário ou se faz agora ou nunca mais se fará! Todos nós sabemos que as condições agora reunidas com a empresa que constrói o Porto das Lajes, pronta a efectuar os trabalhos necessários no Porto da Casa, é situação única. Nenhum Governo estará na disposição de gastar o dobro ou o triplo para remediar uma deficiente decisão agora tomada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de colocar à vossa consideração algumas situações que penso irão acontecer e essas, sim, constituirão a vontade do Governo:

- Pensa o Governo que o Porto das Lajes resolverá o problema ao permitir que as mercadorias não desembarcadas no Corvo, devido ao mau estado do tempo, sejam posteriormente para lá transportadas? Quem assim pensar

incorre num grave erro. Pode passar com alguma facilidade um mês ou mais durante o Inverno sem ser possível a ligação marítima entre as ilhas do Grupo Ocidental.

- Estas cargas terão de ser transportadas em batelões de boca aberta. Quem pagará os prejuízos pela baldeação e deterioração das mercadorias molhadas durante a viagem?

- Quem irá pagar o encarecimento das mercadorias por mais esta operação de transporte? Espero que não sejam os corvinos que já pagam, e bem, os géneros que necessitam.

- Quais as condições de armazenamento das cargas destinadas ao Corvo e que ficarão nas Flores?

- Qual a entidade responsável por esse armazenamento?

- Qual a entidade que destinará a conveniência, a necessidade e o prazo do transporte a efectuar? Será que ficará ao critério dos armadores locais?

Penso que o que atrás foi dito é suficiente para demonstrar a necessidade do Governo alterar a sua posição sobre este investimento.

Poderá também afirmar-se que um porto no Corvo com capacidade para encoste de um navio de média tonelagem, não resolve o problema devido às condições do tempo naquela zona do Atlântico. Essa afirmação não será a melhor e explico porquê:

1º - Se se permitir a acostagem, o navio que escala o Corvo poderá fazer, num espaço de um dia, o serviço que habitualmente leva 3 dias a efectuar;

2º - Todas as manobras de mar que se efectuam, muitas vezes com graves riscos de pessoas e bens, serão facilitadas;

3º - Os custos de uma operação mais rápida e eficiente são facilmente reduzidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Além do que já foi dito gostaria de acrescentar que o Porto da Casa é aquele que reúne condições mínimas de funcionamento na Ilha do Corvo. O outro porto existente, o Boqueirão, está praticamente inoperacional devido a deficientes arranjos lá feitos.

Mais um factor a ter em conta é a posição geográfica do Porto da Casa, que está voltado ao nascente. Essa orientação permite o abrigo aos ventos predominantes, que variam entre o SW e NNW.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Termino, declarando que o não acrescentamento aqui focado é um grave erro, porque é necessário, justificável e premente.

Se o Governo mantiver a posição tida até

agora está a hipotecar o futuro da Ilha do Corvo e a pôr em cheque a sobrevivência económica dos seus habitantes.

Tenho dito.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ao vir a esta tribuna como Representante Parlamentar do PCP/Açores fazer uma declaração política que reputamos de muito importante, não estou a representar uma força política regional que se sinta derrotada, naufragada ou sem rumo certo.

Represento uma força política que, apesar de ter uma dimensão regional pequena, soube no passado, tem sabido no presente e saberá no futuro contribuir positivamente para a democratização do funcionamento do sistema autonómico, para a afirmação política do legítimo descontentamento social e para a clara demonstração de que a Região Autónoma carece de uma mudança política que deixe para trás o poder absoluto de um só partido e dê lugar a um poder regional participativo e participado que possa desenvolver todas as potencialidades que o sistema constitucional da Autonomia realmente possui.

O PCP/Açores nunca fugiu nem fuge ao debate das ideias, da confrontação das propostas, da consideração de vários contributos para a solução de um dado problema.

Também nunca rejeitamos o debate político directo, quer seja nas instituições, quer seja através das múltiplas formas que o sistema e a vida democrática possibilitam.

É por tudo isso que hoje vimos aqui falar da questão do sistema eleitoral, da posição que o PCP/Açores tem sobre esta matéria ao mesmo tempo que procuramos desmontar certas manipulações políticas que de forma quase periódica e intensa são lançadas a respeito dos objectivos políticos que visamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nunca escondemos de ninguém o que pensamos sobre o sistema eleitoral vigente na Região Autónoma dos Açores.

Sempre afirmámos e afirmamos que o actual sistema, quer na sua versão primitiva, quer na versão um pouco corrigida que se obteve em 86, distorce gravemente a representação partidária a nível regional e pode,

tendencialmente, colocar um partido não vencedor em número de votos, com uma maioria absoluta de deputados.

Não esqueçamos que em 1986, quando se fez a revisão do Estatuto, a Representação Parlamentar do PCP em conjunto com os restantes partidos, subscreveu a alteração que fez aumentar o número de deputados nas Ilhas de S. Miguel, Terceira e S. Jorge. Mas como foi sublinhado na altura, tal postura significou, apenas, que dentro de uma má solução era preferível a menos má, já que não havia sensibilidade para uma boa solução.

Não deixámos de denunciar o sistema eleitoral e já na presente legislatura voltámos à nossa proposta do círculo regional único, verdadeiramente proporcional, mas que deixa, no entanto, aos partidos a responsabilidade de assegurar a representação das ilhas.

Quando se discutiu a revisão do Estatuto, em 89, não estavam ainda criadas condições políticas sensibilizadoras de um aprofundamento deste problema, pelo que a solução encontrada, não sendo unânime, pois não teve o voto favorável do PS, constituiu em mais um esforço de correcção da distorção na proporcionalidade que o sistema actual contém.

No entanto, quando a abordagem dum problema deixa de ter um contorno apenas teórico, para passar a estar confrontado com a realidade as sensibilidades apuram-se, os espíritos animam-se, as impossibilidades absolutas de ontem passam a ser as necessidades imperiosas de hoje.

A partir de certo momento tornou-se evidente que o sistema eleitoral actual poderia mostrar, na prática, a sua incrível distorção, criando uma situação de inversão dos resultados em relação à vontade expressa nas urnas.

Tal possibilidade colocou na ordem do dia a necessidade do sistema ser revisto. Essa necessidade existe, sendo de lamentar que, até ao momento, não tenha havido uma desapaixionada troca de opiniões que envolvesse todos os partidos e, até, mesmo, outros sectores de opinião.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ontem, nesta tribuna, o Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, apresentou uma longa intervenção, na qual fez a análise detalhada de um sistema eleitoral construído a partir das declarações que o Sr. Presidente do Governo e do PSD fez na entrevista televisiva que lhe foi feita, obviamente, nessas duas qualidades.

Ao longo dessa análise, feita com grande

detalhe, o Senhor Deputado Dionísio de Sousa referiu por mais de uma vez o PCP e referiu a entrevista que recentemente o Coordenador de PCP/Açores concedeu à RTP Regional.

As referências ao Sr. Deputado do PCP, independentemente da forma, pecaram por falta de rigor e excederam o que seria legítimo em matéria de juízo político.

As limitações de tempo estabelecidas no Regimento impediram-me ontem de introduzir no debate alguns esclarecimentos, pois tal equivaleria a abdicar da intervenção política previamente programada e preparada para ontem.

Não obstante isso e no quadro desta intervenção alguns esclarecimentos se impõem.

Assim, quando o Presidente do Governo Regional em Novembro passado colocou ao PCP/Açores, bem como a outros partidos, a ideia da necessidade da revisão do sistema eleitoral, o que lhe dissemos foi o que sempre defendemos, tendo declarado a nossa total disponibilidade para participar em contactos e negociações sobre esta matéria.

Aliás, a DORAA do PCP em 27 de Outubro, através de documento publicado e enviado, para informação, a todos os partidos tinha defendido a necessidade de ser, antes das próximas eleições, melhorada a proporcionalidade do sistema eleitoral.

O Sr. Presidente do Governo, quer no encontro formal já referido, quer em alguns contactos ocasionais, apenas informou o PCP da sua pretensão de vir a ser viabilizado um sistema eleitoral que respeitasse simultaneamente a proporcionalidade regional e a representatividade das ilhas, não tendo apresentado qualquer estudo ou proposta concreta.

Tal não impediu, porém, como já foi dito, que o PCP procurasse ir aprofundando o seu ponto de vista sobre a forma de atingir aquilo com que concordava.

Por essa razão o Coordenador do PCP/Açores, na entrevista já citada, desenvolveu o nosso ponto de vista, afirmando que, a par da proporcionalidade regional para determinar quantitativamente o número de deputados por partido, há que garantir um número pré-determinado de deputado, por cada ilha, sem círculos uninominais, e sem diminuição do número de deputados da Assembleia.

Tal síntese entre um método de determinação quantitativa (de toda a Região) e um método qualitativo (de cada ilha) pode ser possível através da criação de um factor de correcção.

Foi assim que apresentámos a questão e é este contributo que pretendemos dar quan-

do houver qualquer negociação sobre este assunto.

Ora, como reconhecerão, esta ideia não coincide com o método que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa aqui apresentou e que, segundo afirmou, tinha o apoio do PCP/Açores. O Sr. Deputado Dionísio de Sousa não fez qualquer comentário ao que o PCP defendeu e não podia concluir o que concluiu.

O que o PCP apoia de forma muito clara é a pretensão de se pretender respeitar, quer a proporcionalidade regional, quer a representatividade clara de cada ilha.

E deve dizer-se que, no que respeita a isso, quem se aproximou da posição do PCP foi o PSD e não o contrário.

Se a ideia concreta que temos para obter isso é ou não válida, tal só se pode apurar com discussões serenas e interessadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Importa ainda referir outro sofisma usado pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, e que foi o de insinuar uma aliança do PCP/Açores com o PSD nesta matéria.

Aliás, sempre que se aproximam eleições, há dirigentes socialistas que, a propósito seja do que for, fazem afirmações desse tipo.

Nós não só não somos aliados em nada com o PSD como não nos esquecemos nunca de votar contra, de denunciar ou de desmontar propostas erradas, infundamentadas ou incorrectas desse Partido e do seu Governo.

Quando o PSD ou o seu Governo apontam alguma solução com a qual concordamos, também não temos qualquer embaraço em o dizer.

Evidentemente que isso tem acontecido ao PCP poucas vezes, ao contrário de outros a quem acontece muitas vezes.

Importa neste momento e para terminar dizer o seguinte:

Na opinião do PCP o actual sistema eleitoral não serve por várias razões:

1º - Distorce os resultados e a representatividade a ponto de, por exemplo, o PCP ter tido votos em 80 para ter um deputado, mas não o elegeu e ter tido votos em 84 e 88 para eleger dois deputados e elegeu apenas um de cada vez.

2º - Limita o debate político e tende a bipolarizar de forma artificial a vida política regional, com os evidentes prejuízos em termos de pluralidade de opiniões e livre expressão do pensamento de cada qual.

3º - Pode criar uma situação de inversão entre o voto e a representatividade em número de deputados o que constituiria uma per-

versão à democracia e punha em causa o conceito de unidade regional.

Encontrar a resposta a este problema não é tarefa exclusiva de quem quer que seja. Tem que ser tarefa de todos e deve assentar no respeito, quer pela proporção regional, quer pela representatividade das ilhas.

O PCP/Açores não foge nem a este, nem a qualquer outro problema e está integralmente disposto a contribuir para que essa correcção seja atingida.

Lembramos no entanto que adquirimos a Representação Parlamentar com o actual sistema eleitoral e se ele, contra toda a lógica, permanecer mais algum tempo continuaremos a lutar pelo reforço da nossa presença institucional, nesse quadro.

Alterar leis eleitorais para democratizar e respeitar, realmente o sistema proporcional é uma coisa. Manter leis eleitorais, reconhecidamente insuficientes, quando parecem começar a haver condições para as modificar, é uma atitude que não tem explicação.

Disse.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Ouvi a sua intervenção. Posso dizer-lhe, com todo o à vontade, que poderia subscrever algumas das suas afirmações sobre a questão da "Lei Eleitoral". Mas não é sobre esta matéria que queria prestar um esclarecimento a V. Exa., mas, sim, sobre uma fase inicial da sua intervenção quando considera que "é preciso derrubar este poder absoluto do PSD".

Sr. Deputado, penso que V. Exa. deve estar ainda nalguma era "pré-Gorbatchiana" porque o PSD não exerce o poder absoluto: ele resulta de eleições livres e democráticas, existe uma Assembleia Legislativa Regional dos Açores onde os vários partidos estão representados - está o PSD, está o Partido Socialista, está o Partido Comunista, está o Centro Democrático Social, etc - de maneira que queria dar-lhe este esclarecimento porque me parece que V. Exa. não está ainda bem dentro do que existe lá para os lados de leste porque aqui nunca se viveu um poder absoluto.

Além disso, V. Exa. sabe perfeitamente que, ultimamente, a colecção de forças aqui dentro levou alguma alteração mas, mesmo

que não tivesse levado, o Partido Social Democrata exerce o poder que o povo lhe confiou em eleições livres e democráticas, o que não acontece em outras áreas onde V. Exa. se inspirava até há bem pouco tempo.

Com toda a amizade, era só isto que eu queria esclarecer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejava apenas fazer dois pedidos, rápidos, de esclarecimento (o tempo não é muito) em relação à intervenção proferida pelo Sr. Deputado do PCP e em relação àquilo que afirmou substancialmente em relação ao problema que foi posto ontem na minha intervenção, na análise que fiz a partir dos dados que tinha e para mostrar as consequências a que podia levar o sistema proposto e exactamente também para saber até que ponto e em que medida é que as restantes forças políticas - e a única força política referida para além daquela que o Dr. Mota Amaral representa e que publicamente tomou posição sobre essa proposta foi o PCP - e, por isso, foi referido nos termos em que o foi, a partir também doutra intervenção televisiva.

Mas as duas questões que eu gostava de colocar, uma que não foi abordada por si em toda essa problemática e em relação ao processo da revisão, era a de saber se, sobre esta matéria e isso também faz parte da minha intervenção e faz parte da posição, que é pública, do PS sobre este assunto, que entende que ela deve ser feita no âmbito de uma autêntica revisão de estatuto, ou seja, retomando aquele Estatuto, excepto, possivelmente, nesta fase do sistema eleitoral que foi aquele que também anteriormente não teve acordo total (o único ponto que não teve acordo total) na revisão estatutária na Assembleia da República, mas, como ia dizendo, já que estamos em maré de nos esclarecermos mutuamente sobre esta matéria, gostaria de saber a posição do PCP sobre este aspecto.

Gostaria de saber também algo mais, se for possível, em relação aos factores de correcção.

Falou em factores de correcção em relação ao sistema proposto, em relação às alterações que o PCP teria em vista no sistema actual e, assim sendo, gostaria de saber se, sobre essa matéria, o PCP tem mais alguns elementos que possa adiantar, desde já, e se também em relação ao próprio sistema que o PCP sempre tem proposto nesta Assem-

bleia, ou seja, o círculo único, se também, em relação a este círculo único, esses factores de correcção se aplicam ou, dito por outras palavras, se considera que este círculo único, até aqui proposto pelo PCP, respeitava ou não essas duas realidades que, com os factores de correcção que refere, diz que são os limites em que se deve manter as alterações do sistema, ou seja, a entidade regional e a representatividade da ilha.

Em relação aos outros aspectos escuso de fazer comentários.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão, gostaria de lhe dizer que, neste momento, dispõe de cerca de meio minuto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou apenas solicitar o prolongamento deste Período de Antes da Ordem do Dia e inscrever-me-ei, desde já, nesse período e, quando me for dada a palavra, responderei aos Srs. Deputados que me colocaram questões.

Presidente: Assim sendo, fica prolongado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Nestas circunstâncias, vamos fazer um pequeno intervalo, durante o qual eu peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, Representante do PCP e Deputado Independente que se reúnam comigo na sala de reuniões da Mesa.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 18,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18,30 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos praticamente no fim do primeiro mês do último ano incompleto de mandato deste Governo.

Seria de esperar que do longo e frutuoso debate que aqui se realizou aquando da discussão do Plano e do Orçamento, o Governo tivesse retirado o claro sentido de que a Assembleia coloca no presente maiores exigências de celeridade e eficácia na governação.

O que aqui então se exigiu foi mais trabalho e menos política.

Todavia aquilo a que se assiste nesta primeira parte de 1992 é só política. Por um lado é a luta intra-partidária, que no que toca

ao PSD é cada vez mais realizada pelos Membros do Governo e seus imediatos e fiéis dependentes, seja directamente ou por interpostas pessoas, alguns dos quais militantes; por outro lado é o Governo já em campanha para a renovação do poder; finalmente é o Presidente do Governo a imiscuir-se nos assuntos que só à Assembleia dizem respeito e a pretender impor novas regras eleitorais urdidadas com o intuito de, por essa via, procurar a manutenção no poder.

Assiste-se à desonestidade de querer alterar as regras que antes eram democráticas e justas, porque conduziam ao poder e hoje - as mesmas - são atacadas e pretendem-se alterar, simplesmente porque, face à incapacidade governativa, por si só já não podem garantir, eternamente, o acesso ao Governo.

O deputado independente denuncia esta atitude que é reprovável a todos os títulos e principalmente por se pretender realizá-la a poucos meses das eleições e quando os que se propuseram alterá-la já iniciaram a campanha eleitoral.

E o deputado independente deve denunciar esta manobra porque é repugnante querer alterar as regras depois do jogo começar.

O deputado independente, como social democrata, tem o dever de denunciar que se está a tentar uma manobra ilegítima, que é muito grave que esteja a ser pretendida à sombra da democracia.

O deputado independente, eleito pelas Flores, mas deputado de toda a Região, tem de deixar claro que, no fundo, o que se pretende, é acabar com a força da representatividade das pequenas ilhas na Assembleia Regional e que isso é um golpe brutal e mortal na unidade regional e no desenvolvimento harmónico dos Açores.

É preciso dizer que nem sequer em política é legítimo não olhar aos meios para atingir os fins e a manobra pretendida, em verdade, não é pela justiça, é contra os Açores e por isso não deve merecer acolhimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esperava antes que o Governo se dedicasse mais às questões concretas.

Referirei apenas algumas e da Ilha das Flores, muito antigas, o que revela bem que aquela ilha ainda continua, infelizmente, sendo um local onde se pode constatar a lentidão no avanço das realizações do Governo, ou que por ele deviam ser impulsionadas. E que servem para demonstrar que afinal ainda não se resolveram ali questões muito importantes e que, por isso, é preciso continuar a lutar

por elas porque, caso contrário, jamais se resolverão.

Uma delas é o Lar de Idosos que há tanto tempo se arrasta de Plano para Plano e que nem depois de há tantos meses ter terminado o concurso se assina o contrato para dar andamento às obras. É demais!

A situação da fábrica da União de Cooperativas é preocupante, pois não obstante estar há muitos meses adjudicada e com primeira pedra solene e aparatosamente lançada, as obras estão quase na estaca zero, donde se pode concluir que o prazo de construção não será respeitado, o que é mais um rude golpe para o sector na Ilha das Flores.

Relativamente ao aproveitamento hidroeléctrico das Flores é evidente que o atraso é muito grande, pois nem conhecimento existe de que alguma obra tenha sido posta a concurso, ou sequer que todos os estudos tenham terminado. Quer isto dizer que, mais dia menos dia, poderá estar de novo a ilha às escuras. Só que a preocupação dos responsáveis parece centrar-se, muito mais, em absorver a Federação para a EDA, com intuítos que a seu tempo se denunciarão.

As obras de ampliação da pista de aviação têm tido um ritmo extremamente lento e as condições em que se obrigou os moradores a viverem na nova urbanização de Santa Cruz das Flores, são perfeitamente inaceitáveis, situação que o Governo de modo algum deve permitir que se prolongue.

Sobre este assunto vem a propósito comentar notícias muito recentes vindas a lume na comunicação social e que dão como certo que os ATP da SATA não poderão voar para as Flores numa determinada fase das obras da pista, isto não obstante também se dizer que o Presidente do Conselho de Administração da SATA ainda não tem conhecimento oficial de toda a situação. A comunicação social referiu igualmente que o Presidente da Câmara de Santa Cruz das Flores defendia que a operação devesse ser efectuada, entretanto, pela OCEANAIR.

Sabendo-se, como se sabe, do empenho em certos sectores governamentais de apoiar a OCEANAIR à custa da SATA e sabendo-se como se sabe de outros processos de intenção governamental que têm a ver com a SATA e com a respectiva administração, quero desde já deixar dito que a OCEANAIR não tem aviões que lhe permitam substituir a SATA na linha da Ilha das Flores, ainda que temporariamente. A população das Flores não sendo muita, tem porém direito à dignidade e não pode ser tratada como gente de segunda

categoria. E não pode ser utilizada para servir seja o que for.

Que fique claro que o deputado independente nada tem contra a OCEANAIR e até lhe reconhece utilidade no serviço de táxi aéreo para que foi criada e com serviços úteis já prestados.

Mas que fique igualmente claro que a única solução justa para com a Ilha das Flores será aquela de que a alternativa seja encontrada, pela SATA, através de aviões apropriados à operação, como também declarou à comunicação social o Presidente da SATA, atitude que tem o meu inteiro apoio, por porvir de uma administração que assim se revela consciente e ponderada.

Ainda a propósito de obras de referir que muitos são os prejuízos causados a particulares pelas empresas que realizam nas Flores as obras de crescimento da pista e do porto das Lajes.

Sobre esta matéria apresentei um requerimento e aguardo pela resposta do Governo há quase quatro meses, o que é de todo inaceitável e revelador do pouco respeito do Governo para com a Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se bem que não concluído, encostou ao porto das Lajes, nas Flores, o primeiro navio. A operação prevista para o passado dia 7 de Janeiro, por via do mau tempo só se realizou no dia 9. Este primeiro toque é um acontecimento que é de realçar porque se virou uma página na história dos transportes para a Ilha das Flores. Quero deixá-lo registado nesta Assembleia.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais quero informar esta "Casa" que finalmente os doentes, os feridos, as grávidas do Pico que vêm ainda até ao Faial, mas pelo menos com alguma dignidade, sem ser no chão e sem a moldura dos sacos de batatas, dos cestos de fruta. Finalmente, em lugar próprio construído no "Cruzeiro do Canal". Finalmente! - podem dizer os deputados do Pico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos tentar ser breves e o mais sintético possível. Sou deputado, mas sou e já era agricultor antes.

Os ventos que varrem a Região, periodi-

almente, têm em "mira" alguns quadrantes em especial, mas têm-se "aplicado" com uma intensidade que julgamos excessiva sobre o quadrante da agricultura, como quem diz sobre os "agricultores". É o anticiclone de outras paragens.

Quando digo "agricultores" falo daqueles que vivem da terra, como entre agricultores se entende, que ocupam a maior parte do tempo no amanho da mesma.

Julgo que por falta de meios, de querer, não por falta de conhecimentos, pela lentidão de decisões de muito "boa gente", a agricultura regional não avançou a um ritmo uniforme como o resto regional. Esta falta de uniformidade tem décadas de existência por várias e conhecidas razões.

É bom lembrar que a agricultura foi, ao longo dos tempos difíceis desta Região, quem resolveu muitos problemas de carácter alimentar, e não só do nosso povo, mas muitos já o esqueceram.

A agricultura teve sempre sobre ela uma intervenção política excessiva; pagou e paga inúmeras facturas de erros políticos e de estratégia em matéria de desenvolvimento.

Vejamos: os seus produtos eram em alguns casos (ainda o são) a preços controlados; foram sempre condicionados ao poder de compra de grande maioria da população.

Preços que nunca tinham a ver com as "contas de cultura" ou "outros custos" sobre os produtos em causa.

Embora ultimamente tenha funcionado o outro sistema, a "lei da oferta e da procura", mas sempre de "esguelha" para os agricultores, para não afirmar outra coisa, e para se sacudir "água do capote", quando a coisa se torna feia.

Os estímulos dados à lavoura eram em função das necessidades da Região e tinham muito pouco a ver com o seu desenvolvimento.

Vamos recordar algumas das "águas passadas", pequenos exemplos, mas que ainda mesmo passado tanto tempo, ainda doem. Vamos fazer este curto relato apenas para uma melhor compreensão da situação para aqueles que não a viveram.

Poderia haver numa ilha um número excessivo de vacas ou de novilhos para abate. Como se procedia?

1. Não deixar exportar nenhuma cabeça sem se ter a certeza que havia carne para a população até ao mês de Março/Abril.

Ora o agricultor individualmente era obrigado a alimentar uma, duas ou três vacas ou novilhos ao longo de dois, três ou quatro me-

ses, vacas essas sem qualidade de produtividade leiteira, por serem velhas ou com defeitos. Quantas vacas ficaram de um ano para o outro sem darem qualquer rendimento? Muitas dezenas, centenas, milhares, atrapalhando aqueles que o efectivo individual não comportava.

Lá vinha o ano que se autorizava a saída de vacas. É claro que, num estado de gestação avançada, estes animais eram classificados em 2ª classe, senão em 3ª, e até algumas nem para o frete davam.

Pior do que isto era ainda quando o agricultor, por não poder manter todos os seus animais, tinha que os vender porque não tinha alimentos e necessitava de dinheiro.

Quantas novilhas de qualidade, até de "inseminação", foram para abate para Lisboa por conta da Junta Nacional dos Produtos Pecuários?

Quantos novinhos nas mesmas condições?

Junta essa que recebia somas elevadas dos "preços niveladores" da carne congelada que comprava no exterior. Para quê? Para fomentar a produção regional? Temos que dizer que não.

Aconteceu com a carne, com as batatas, com o leite e os seus derivados. Vivíamos então a **agricultura de subsistência**, ou melhor, "na miséria", como diz o nosso povo.

Quanto custou tudo isso aos agricultores regionais? Muito, mas já ninguém se lembra.

Veio o 25 de Abril. Os agricultores com experiência acumulada sabiam (uma parte pelo menos), o que queriam; conheciam as razões do seu insucesso, mas as explorações estavam completamente descapitalizadas.

Acreditaram que lhes seria feita justiça, que finalmente o "mundo cão" em que viviam teria os dias contados. Puro engano! O seu "mundo", a agricultura foi-se transformando num canil, sem segurança, sem futuro.

Muito foi feito, mas não o suficiente, para se responsabilizar o agricultor na transformação de uma agricultura de subsistência numa agricultura empresarial (é necessário lhe dar muita coisa). Não é o **nome pomposo de empresário** que resolve os diversos e graves problemas da agricultura.

Primeiro o homem e a formação profissional (nesta área já se trabalha e bem). É preciso dar-lhe explorações "viáveis"; redes de serviços e de **frio** tão necessários; transportes inter-ilhas e comércio para o exterior organizado e com a segurança mínima, créditos compatíveis com a rentabilidade agrícola e um sem número de coisas necessárias para modificar a agricultura açoriana numa agri-

cultura de qualidade e rentável para quem nela trabalha e para a população que dela necessita para se alimentar. Sim, porque essa população também tem os seus direitos e os dinheiros são públicos.

Uma agricultura que chame ao seu meio gente capaz, profissional e de qualidade (até aqui a agricultura vem sendo um "despejo" de todos os sectores desta Região), empresários, empregarei mesmo o termo "feitos à faca" e sujeitos a "miragens", trabalhadores por necessidade exclusivamente monetária, sem empenho. Há excepções, mas não tantas como as desejáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Porque era necessário desenvolver outros sectores da vida regional (considerados prioritários) - saúde, educação, etc., (e os dinheiros regionais não são elásticos), foi-se investindo e "gastando a massa" num acordo fraterno entre muito boa gente, apenas aqui e ali com algumas "rosnadelas" à mistura.

Os preços não sobem para o leite nalgumas ilhas há quatro anos e a carne essa até baixou em relação a 1987. A subida de preços foi a única maneira que a agricultura encontrou até aqui para sobreviver, já que outros factores que podem substituir estes aumentos têm tardado a chegar.

Quem não teve poder reivindicativo na altura das vacas gordas, ficou a zero, ou pouco melhor.

Para que as coisas chegassem a este ponto (na agricultura) também os agricultores tiveram as suas culpas, não estão isentos.

Nunca conseguimos criar uma estrutura regional, coisa forte que tenha peso, que obrigue algumas pessoas a pensarem três vezes antes de agir.

Uma estrutura com capacidade e igualdade que ponha as coisas nos seus devidos lugares, sem bairrismo, olhando para todos, - falo é claro, das Associações de Agricultores.

Mas as Cooperativas também têm uma palavra a dizer: têm boas relações comerciais com alguns sectores do Continente, mas não se entendem e também não utilizam essa vantagem; preferem só importar, são mais seguros os lucros.

As últimas duas ou três intervenções dos agricultores regionais na televisão foram o "fim"; mas a televisão também ajuda. Normalmente as Associações saem batidas, melhor dizendo, derrotadas nestes confrontos e nós sabemos porquê.

A confusão é tal que há dias víamos um "comprador de gado" e representante de uma empresa de lacticínios (que não paga há cinco

meses), "assumindo a função" de uma Associação de Agricultores. É caso para dizer que "as raposas já comem com os patos". Se calhar tudo é só por amizade.

Depois temos a demais gente a dar a entender que os agricultores, só querem subsídios, que gastam tudo, que são os perdulários, que andam de mercedes, etc., etc.. A Comunicação Social às vezes também dá uma ajudinha.

- Claro, quem não quer leite, carne, pão, batatas, queijo, fruta, mais barato? Quem é? Toda a gente!

Há muito responsável que alinha em teorias, e nós agricultores sabemos o porquê. Os agricultores são ricos, abatem porcos para a família, abatem vacas velhas que "ninguém" quer comprar e porque a famílias tem de se alimentar. Por exemplo: um lavrador tem que vender 60/70 litros de leite em média para comprar 4 quilos que peixe, porque o seu peixe, os chicharos, esses também foram à vida.

A fruticultura regional também sofre. O Pico, neste momento, por exemplo, tem excedentes de laranjas, limões, na ordem das dezenas de toneladas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos a mais uma das muitas que é de contar, só possível na agricultura: um determinado agricultor comprou uma máquina de ordenha, fez e sua "sala" ou cabana para a instalar, arranjou água para a higiene das vacas, da máquina e da "sala" porque a CEE é exigente na qualidade do leite. Dizem: investe uns milhares de contos. O Banco achava viável o empreendimento e empresta, a um determinado juro, na perspectiva de que o leite vai ter classificação, portanto a mais 3\$ 00, 4\$ 00 ou 5\$ 00 o litro, o que compensa pela sua qualidade.

Na verdade o que acontece? Os juros sobem e o leite fica na mesma, os preços dos factores de produção sobem e o leite fica na mesma.

Mas o leite desse agricultor é junto com o leite dos demais que ordenham no campo e à mão. O leite junto no mesmo recipiente, serve para o queijo que sai da Região a "alta velocidade". Embora muitos industriais digam que o leite é "mau", eles lá sabem, mas vendem o queijo e não pagam o leite (alguns).

Concluindo, os dois agricultores em questão recebem o mesmo por litro de leite; só que os custos da produção são diferentes.

Quem investiu tem de pagar o seu investimento. Resultado: quem produz ganha menos. Porquê? Porque não se faz a recolha

e classificação do leite. É complexo, é difícil, necessita de meios. É verdade! Mas o agricultor não pode viver eternamente à espera, o tempo não perdoa.

É verdade que alguns agricultores abusaram dos investimentos. Foram realistas, mas são mais as "vozes" que as "nozes".

A lavoura açoriana tem nas várias ilhas um estado de desenvolvimento diferente. Não há desenvolvimento harmonioso. Quanto a nós uma das maiores dificuldades para quem tem a responsabilidade de governar, situação herdada dos ex-distritos, porque a agricultura é lenta, nós bem o sabemos, no seu desenvolvimento.

Os problemas da agricultura regional são complexos (mas já em parte definidos). Há que criar condições, de uma vez por todas, à agricultura para dar o salto em frente. A situação é cada vez mais complexa, quanto mais tarde pior.

No fundo, a agricultura necessita de verbas que não estão disponíveis.

O povo diz, e ele lá sabe, "sem ovos não há omeletes". Concordamos plenamente com o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas quando ele também o afirma e no sentido em que o faz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Alguns industriais vêm brincando com os agricultores, com os haveres e com as suas famílias: cinco meses sem pagar é muito!

Os agricultores não querem nada diferente do que foi e é dado à agricultura dos nossos parceiros da CEE porque é com eles que vão competir... Os agricultores querem ajuda, mas querem pagar dessa ajuda o que for justo.

Os agricultores estão "fartos e cheios" - é o termo - desta situação, de um amanhã melhor lá no horizonte.

A agricultura da Região só pode ter uma solução positiva, com o empenho de todos. Os próximos 4 anos são de vida ou morte.

O último Plano e Orçamento foi negativo para a agricultura, e nada melhorou com as alterações feitas. Muito pelo contrário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As Cooperativas Regionais têm que ser amparadas, a não ser que se queira apressar a sua agonia e dos agricultores por arrasto. Acreditamos no bom senso, na justiça, mas é necessário aprofundar as razões da situação actual e depois proceder.

Nós acreditamos que a agricultura regional chegue a bom porto e cumprindo a sua missão. Agora que a Assembleia Regional também é responsável pela sua gestão, como

por aí se diz, também é uma realidade.

Gostaria de fazer um aviso à navegação: retirem da cabeça essa de que os agricultores estão bem lá porque matam o porco e a vaca. Se assim não for, vão dar com os "burros na água" e não serão só os agricultores a molhar-se.

A nossa intervenção tem por fim chamar a atenção desta Câmara no seu todo para os problemas da agricultura regional, para um maior empenho, uma maior solidariedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O último Natal foi um Natal cheio de preocupações e de aflições financeiras e tristeza para muitos agricultores. Em contrapartida a perspectiva para outros é de maior abundância.

O homem, a mulher, os rapazes e raparigas que são agricultores ou vivem dela, não serão também gente?

"O que faz a política".

Disse.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar quero dizer que me congratulo com a intervenção que aqui foi proferida pelo Sr. Deputado Francisco José. Ela, aliás, vem dar razão às diversas intervenções que eu próprio tenho proferido nesta Assembleia sobre a situação em que se encontra a agricultura.

Quando aqui cheguei em 1989 e quando alertava esta Assembleia para a realidade do sector agrícola, algumas pessoas quase que se riam e diziam que isso não correspondia à verdade. Felizmente que, hoje, já todos acreditam que a crise aí está - e de que maneira!

O Sr. Deputado falou aqui em dois pontos que eu gostaria de abordar e que são os seguintes:

O Sr. Deputado referiu-se a "créditos compatíveis com a realidade agrícola".

Eu acho que um dos maiores estrangulamentos da agricultura foi, de facto, as altas taxas de juro. Nós próprios propusemos, em 1989, a concessão de uma linha de crédito bonificada para a agricultura, que não se veio a verificar, e que, mais tarde, o Governo Regional através da Portaria 10/91, instituiu o saneamento financeiro que vem permitir a algumas explorações virem a ter viabilidade, outras se calhar não o terão, só que é uma

medida que não é justa. E não é justa porquê? Porque são cerca de 400 agricultores a beneficiar dessa medida, o que irá custar à Região, durante os próximos anos, muitas centenas de milhares de contos.

Mais justo teria sido, atempadamente, que se tivesse optado por uma linha de crédito da qual tivessem beneficiado todos os agricultores.

Por outro lado, o Sr. Deputado refere (e muito bem), o que também vem na sequência do que eu já aqui disse mais de uma vez, que nenhum outro sector da actividade sobreviveria como têm sobrevivido os agricultores, ou seja, o facto do leite manter os mesmos preços de há 3 ou 4 anos e a carne que está para os agricultores ao mesmo preço há 7 anos.

É uma situação insustentável e ninguém, repito, conseguiria sobreviver a ela. Para além desses problemas todos ainda há, como também referiu, os atrasos no pagamento do leite.

Para terminar queria falar na outra parte que o Sr. Deputado referiu, ou seja, na imagem que os agricultores têm dado ultimamente, inclusivamente sobre os debates televisivos.

Eu próprio tive ocasião de chegar junto das pessoas que participaram nesses debates e dizer-lhes que não estava de acordo com a forma como eles decorreram. De facto não contribuíram em nada para melhorar a situação e a imagem dos agricultores perante a opinião pública - antes pelo contrário!

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Aproveito a ocasião para me associar à congratulação exprimida na tribuna pelo Sr. Deputado Francisco José pelos melhoramentos introduzidos no "Cruzeiro do Canal" para transporte de doentes do Pico para o Faial. E já que ele falou de Natal, veio-me à ideia uma história verdadeira que gostaria de contar aqui:

Um professor de uma escola do Pico pediu aos alunos para fazerem uma conotação entre a mensagem natalícia e a vida actual, o que é normal acontecer pela quadra que celebrámos há pouco tempo.

Esses alunos, no seu trabalho, compararam as futuras mães do Pico a Nossa Senhora e S. José à procura de um albergue para darem à luz um filho.

Eu chamava a atenção dos Srs. Deputados para o que se passa - já o referi aqui - em relação a este problema que tem de ser resolvido. Uma senhora que vai dar à luz, que vai ser mãe, de uma freguesia do Pico passa, às vezes, por um Centro de Saúde, vai até a outro Centro de Saúde receber qualquer coisa para voltar para trás, andando 30 km e mais, saltar numa lancha e vir dar à luz ao Faial.

Eu já disse aqui: as condições são melhores, mas acho que é uma situação verdadeiramente injusta e está, de certeza, aqui uma das causas pelo envelhecimento de algumas ilhas. Creio que fica bem pensar na mensagem de Natal: Nossa Senhora procurou as futuras mães de Pico.

Dêem-lhe um presépio pelo amor de Deus!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria só se acrescentar uma coisa ao que disse o Sr. Deputado Manuel Serpa: é que há muitas grávidas que vão passar o fim de semana ao Pico para virem ter o seu filho na 2ª-feira e, no entretanto, na noite de sábado para domingo, têm-no no Pico. Isto é só para reforçar o que se passa, a ideia que se possa fazer do que está a acontecer.

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João de Sousa Braga.

Deputado João de Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao iniciarmos o ano de 1992, é justo e oportuno debruçarmo-nos e reflectirmos sobre os problemas e questões, que mais afligem e condicionam o viver do dia-a-dia das comunidades que servimos e representamos.

Esta reflexão conduz-nos, necessariamente, a uma análise daquilo que vem sendo a acção política dos nossos governantes, e dos consequentes efeitos no progresso e bem estar das populações.

Têm sido 15 anos, em que muitos sonhos e expectativas se desvaneceram, e onde as incertezas e indefinições foram uma constante. Não é por isso difícil de aceitarmos que, na mente de uma parte significativa das pessoas, grasse a desconfiança e o descrédito. É que, cada vez mais, a prática política se alimenta de promessas não cumpridas e de um manancial de boas intenções, que apenas têm servido para semear ilusões e criar miragens que o tempo se tem encarregado de apagar.

Não é, assim, difícil de concluirmos da

necessidade que os governantes regionais tenham em utilizar a demagogia com o objectivo de se manterem no poder. Na verdade, os problemas de fundo das nossas ilhas, e das suas populações, no seu essencial, estão ainda longe de estar resolvidos. É bem evidente que, hoje, nos encontramos numa posição duvidosa e bastante artificializada de desenvolvimento económico. Os problemas das ilhas maiores acentuam-se em sectores importantes de actividade económica, e o descontentamento generaliza-se. Na acção política do Governo, encontramos, como maior preocupação, a caça ao voto, e até um certo pavor de perder o poder. As ilhas mais pequenas começam a ficar arredadas para um plano secundário, e até para um esquecimento tácito. O que conta, no final de contas, são os votos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É, e bastante, vítima desta actuação política, a Ilha de Santa Maria, cujos problemas não têm merecido a devida atenção por parte dos dirigentes regionais e se arrastam de ano para ano. São os investimentos, sobretudo os de maior impacto sócio-económico, que continuam a ser protelados, embora constem de consecutivos planos aprovados nesta Assembleia. Constata-se que se tem vindo a substituir a realização efectiva pela especulação e encenação demagógica, como se poderá verificar nos já bem conhecidos boletins do Governo de nome "Acção Governativa" os quais mensalmente são distribuídos, gratuitamente a um número significativo de cidadãos destas ilhas, e que têm sido um exercício e uma aposta governamental na mais pura demagogia, de que, certamente, o Povo dos Açores e, de cada uma ilha per si, no momento oportuno, saberá pedir contas.

É passando concretamente ao último Suplemento deste boletim, que relata a visita do Governo Regional à ilha de Santa Maria, em Outubro de 1991, fica-nos a ideia exacta daquilo que venho a afirmar.

Vejamos o título, subtítulos e o resumo da notícia daquela visita que ocupa a primeira página deste Suplemento:

- Título: 1977/1992 - "Governo investe mais de 9 milhões de contos em Santa Maria".

- Os subtítulos são 18, relatando investimentos e acções que na sua maioria ainda não foram realizados e outras da responsabilidade de diferentes entidades.

- O resumo de notícia:

"O Governo dos Açores realizou, em Outubro, uma importante visita a Santa Maria

que permitiu a criação de condições para acelerar o desenvolvimento da Ilha".

Passemos à segunda página onde se inicia o relato da visita. Começa o Governo Regional por mencionar os contactos havidos com as diversas entidades e afirma que, cito: "Perspectivá a concretização das propostas por elas apresentadas, recorda, no entanto, que entre 1977 e 1990, investiu nos diversos sectores mais de 6 milhões de contos, prevenindo-se que este valor, até finais de 1992, possa ultrapassar os 9 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estamos a pôr em dúvida o gasto de 6 milhões de contos em 13 anos de Governo Regional (1977/1990), na Ilha de Santa Maria.

O que não aceitamos é que, em Outubro de 1991, com quase todos os investimentos do Plano/91 por realizar, o Governo tenha a desfaçatez de declarar e de publicamente divulgar que vai investir mais de 3 milhões de contos em Santa Maria, até finais de 1992.

É bem claro e evidente, em face do PMP 89/92, e da execução dos planos anuais, que o Governo Regional está a desinformar uma Região inteira, e a enganar, grandemente, e de uma forma grosseira, a população mariense.

É por este tipo de actuação que nos é legítimo duvidar da seriedade como são tratadas as questões marienses. Repudiaremos sempre este tipo de encenação política. Os marienses querem transparência e clareza, e isto exige que se acertem agulhas em relação à ilha. A nossa população tem de ter a noção real e as indicações concretas das intenções do Governo Regional. É condenável que o Governo continue a simular que as coisas andam na ilha quando o que é mais importante está praticamente parado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E, assim, sentimo-nos obrigados a chamar a atenção para o arrastamento de determinadas obras. É o caso do Centro de Saúde de Vila do Porto, para o qual não poderão existir mais subterfúgios para não se iniciarem as obras. É o caso do molhe-cais de Vila do Porto, em que se torna urgente e imprescindível que se iniciem, no corrente ano, as obras de protecção.

Outra questão pertinente, e que se reveste de grande importância para o desenvolvimento das actividades económicas da Ilha, refere-se às obras de repavimentação dos troços das estradas regionais entre Ribeira do Engenho/Almagreira, Salto/Loural, Santo Es-

pírito/Calheta/Maia, Feteiras/Quatro Canadas, e ainda à reclassificação da rede viária regional. Não compreendemos que se tenha feito a adjudicação das obras daqueles troços, em Dezembro de 1990, à Empresa Frias Lda., e que, ainda hoje, não tenham sido iniciadas. Quanto à reclassificação da rede viária da ilha, ultrapassa a nossa compreensão o facto de o Governo Regional persistir em continuar com a responsabilidade de apenas 57 km de vias, e que a Câmara Municipal acarreta com mais do triplo desta extensão, havendo vias que, pelas suas características e importância, são estradas regionais e para as quais não poderá existir quaisquer dúvidas quanto à sua reclassificação. Refiro-me concretamente às estradas que ligam o Aeroporto a Vila do Porto e respectivo Porto. É urgente que o Governo Regional mude de atitude nesta matéria, não só para garantir à população uma rede viária em melhores condições de uso, mas também porque estão em causa o desenvolvimento de actividades económicas importantes, nas quais destacamos o arranque do turismo na Ilha.

Mas a questão que continua a ser alvo de uma maior apreensão, pela sua primordial importância em relação à pequena economia da Ilha, é sem dúvida do Centro de Controlo Oceânico e o futuro do Aeroporto de Santa Maria.

Sobre o aeroporto, embora conste do Programa deste IV Governo Regional uma acção a que chamou "operação do chamamento" de possíveis utilizadores daquela infra-estrutura aeroportuária, constata-se que nada foi feito, quer a nível regional, quer a nível nacional. E é isto que nos preocupa, e que de certo modo nos revolta, pois, enquanto não nos for provado, continuaremos a não acreditar que não se possa encontrar uma solução adequada à dimensão do aeroporto de Santa Maria.

Sobre o Controlo de Tráfego Aéreo Oceânico é publicamente sabido que, a ANA-EP desenvolve, a nível Continente, acções, no sentido de proceder à sua transferência para Lisboa, dentro de escassos anos.

Mas, sobre este assunto, ainda não existe uma nítida definição daquilo que irá acontecer, e quanto a nós erradamente.

Há que haver um entendimento, nesta matéria, entre o Governo da República e o Governo Regional. É absolutamente necessário ser reatado o diálogo entre as partes intervenientes no processo, e se defina sem equívocos, e de uma vez por todas, se a transferência daqueles serviços se irá ou não concreti-

zar. Em caso afirmativo é urgente, necessário e imprescindível que se proceda ao estudo das contrapartidas económicas e financeiras devidas à Região, e muito particularmente à Ilha de Santa Maria.

Aliás, é este o entendimento de Sua Excelência o Presidente da República na sua visita à Ilha de Santa Maria, na Presidência Aberta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E aqui abro um parêntesis para chamar a atenção da movimentação recente que se gerou à volta dos despedimentos da Base das Lajes pelos americanos. Assistiu-se, e ainda bem, a uma contestação que englobou todas as forças vivas da Região, nelas se incluindo o próprio Ministro da República e Governo da República.

Infelizmente, e embora o problema de Santa Maria, se revista de uma natureza bastante diferente, não deixará, contudo, de ter um impacto social e económico muitas, mas muitas vezes mais pernicioso.

Gostaríamos também de ver e por parte das mesmas entidades um empenhamento equivalente, no respeito pelas aspirações e anseios da população de Santa Maria.

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos pede a palavra para...?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado João de Braga e, embora esteja de acordo com algumas das situações por ele levantadas, como o caso do Centro de Controle Oceânico e a situação, neste momento, do aeroporto de Santa Maria, não posso deixar de referir que, ao longo dos anos, tem sido clara a posição do Governo e de muita gente de Santa Maria no que se refere à defesa da manutenção do Centro de Controle Oceânico em Santa Maria.

Sabe que o problema é complexo, há diversos interesses à volta do mesmo, mas não posso aceitar de forma nenhuma que se diga que, de facto, não tem tido a atenção que devia ter por parte do Governo Regional.

No caso do aeroporto a situação é a mesma. O Sr. Deputado não pode esquecer - e com certeza sabe bem até porque é uma pessoa que está ligada a serviço nesta zona que o aeroporto de Santa Maria é explorado por

uma empresa pública - a ANA-EP. Portanto, qualquer solução que se encontre para o aeroporto e para a sua valorização no futuro, terá que passar sempre por uma negociação com a ANA-EP para que, de facto, eles estejam interessados e venham a corresponder aos desejos que existem da parte do Governo Regional.

O Sr. Deputado sabe também que já foram feitas diversas negociações, diversas hipóteses já foram apresentadas. Simplesmente, temos visto que, até ao momento, a ANA-EP não tem estado aberta a que se encontre uma solução rápida para a utilização do aeroporto. Sabe também que estas soluções não são fáceis porque sabemos que a perda de parte da importância do aeroporto de Santa Maria é resultado de um avanço tecnológico das aeronaves. Foi esse facto que levou a que ele deixasse, em grande parte, de ser utilizado nas escalas técnicas, uma vez que grande número de aviões consegue voar dos Estados Unidos para a Europa sem necessitar de uma escala técnica.

Relativamente aos outros problemas levantados e ao Centro de Saúde de Vila do Porto, na última visita do Governo foi feita a pontuação, foi encontrada a firma que era necessário encontrar, está num processo de concepção de projecto que, neste momento, está praticamente pronto para ser depois, adjudicada a empresa.

No caso das estradas, na altura, como diz, em 90, foi feita a adjudicação, só que o acto de consignação foi feito em Junho de 91 e tem um prazo para conclusão da obra, ou seja, foi entregue à empresa, a empresa agora tem prazos que, de facto, vai ter que cumprir e um deles acaba, julgo eu, em fins de Fevereiro, que é o início das obras, e, portanto, só a partir desta altura é que o Governo pode actuar perante a empresa porque, enquanto ela cumprir os prazos estipulados no contrato, ninguém lhe pode chamar a atenção e, segundo informações que tenho, julgo que até ao fim do mês de Janeiro o equipamento vai chegar a Santa Maria.

Quanto ao molhe-cais, sabe que foi feito o projecto de protecção desse molhe, o qual só foi acabado em finais de 91, estando previsto para 92 o início das obras de reforço do molhe-cais de Vila do Porto que, de facto, é uma obra que vai levar o seu tempo porque é uma obra grande que vai acontecer e, neste momento, está-se a estudar o projecto para se abrir o concurso público.

Presidente: Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, o Sr. Deputado João Braga.

Deputado João de Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que me preocupa relativamente às obras que constam já dos Planos anteriores (vêm de 89) é que, com esse protelamento, elas não sejam realizadas em 1992, ou seja, que o Centro de Saúde continue sem ser construído, que, nas estradas, as obras continuem por realizar. É essa a minha preocupação.

Relativamente ao Centro de Controle Oceânico, a minha maior preocupação é precisamente porque toda a gente sabe que a ANA desenvolve todos os esforços para transferir os serviços para Lisboa, há dúvidas ainda sobre se isso se vai concretizar ou não, e, assim sendo, preocupa-me que, mais ano menos ano, isso se concretize sem que tenham sido reivindicadas contrapartidas para Santa Maria e mesmo para a Região. É essa a preocupação que tenho neste momento, porquanto é quase certa a sua transferência. Entretanto, ainda surgem algumas dúvidas sobre se isso se vai concretizar ou não. É importante que sejam reatadas conversações, que seja reatado o diálogo com a ANA-EP, com o Governo da República, e que se defina e se diga aos marienses se vai ou não vai: se vai, temos que estudar as contrapartidas devidas a Santa Maria porque realmente, se tirarem o Centro de Controle de Santa Maria, Santa Maria fica numa situação muito má, quase diria, em termos económicos, catastrófica.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado José Maria Bairos, ou seja, para perguntar ao Sr. Deputado se confirma este valor de 9 milhões de contos, que foram divulgados pelo Governo através do seu boletim de propaganda, e se realmente este valor foi gasto em investimentos em Santa Maria durante o período indicado pelo meu camarada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para prestar esclarecimentos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar vou responder à Sra. Deputada Lisete Silveira.

O seu camarada, de facto, é que falou nos 9 milhões de contos e é que tinha a listagem. Neste momento eu não tenho aqui os elementos que me permitam confirmar ou não. Portanto, o Sr. Deputado João de Sousa

Braga falou em 9 milhões de contos e, se está lá, acredito que seja verdade. Agora, não tenho à minha frente, neste momento, elementos que me digam se está correcto ou não.

(Aparte inaudível da Deputada Lisete Silveira)

O Orador: Não! O seu camarada é que o conhece!

Presidente: Srs. Deputados, peço que não estabeleçam o diálogo.

O Orador: O seu camarada é que falou em 9 milhões de contos e confirmou, em parte, que não duvidava que eles estivessem aplicados. Eu não tenho elementos, repito, para responder a isso.

No que respeita ao Sr. Deputado João de Sousa Braga, quero dizer-lhe o seguinte: é que, de facto, a posição do Governo tem sido sempre a de nunca aceitar a transferência do Centro de Controle Oceânico instalado em Santa Maria. Agora, o Governo não pode é, de um momento para o outro, concordar em negociar contrapartidas financeiras porque, quando for para essa situação, é porque está aceitando a transferência do mesmo.

A sua intransigência na transferência e a sua posição, até ao momento, está correcta, porque, se avançar já numa proposta de contrapartidas, é porque aceita e, como muito bem disse, ainda não está clarificado se realmente se vai transferir ou não porque esta posição ainda não foi tomada em termos de Governo da República.

Assim sendo, não se pode aceitar já uma negociação em termos de contrapartidas porque isso equivaleria a aceitar a transferência do Centro de Controle.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira, suponho que para prestar esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): É para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Maria Bairos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho aqui o "Acção Governativa" onde se diz que "o Governo investe mais de 9 milhões de contos em Santa Maria".

O Sr. Deputado não conhecia este boletim do Governo?

Era só para saber se realmente confirma, pelas suas contas anuais do que é investido em Santa Maria, se, de facto, este número está correcto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para prestar esclarecimen-

tos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu conheço o boletim. Não estive realmente a confirmar verba a verba, mas se diz que isso foi investido, é porque foi investido. Posso-lhe, à qualquer momento, confirmar, através da descrição das obras e do dinheiro investido, que, de facto, assim aconteceu. Tem que se ver também que grande parte dessas verbas que aí estão foram investidas em obras do Governo Regional, mas não se pode esquecer que muitos milhares de contos foram investidos em apoio e cooperação financeira à Câmara Municipal de Vila do Porto. Também faz parte dos investimentos locais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Braga para prestar esclarecimentos.

Deputado João de Sousa Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que o que saíu no boletim "Acção Governativa" é uma maneira de enganar as pessoas porque, realmente, o Governo Regional diz que "investiu, até 1990, 6 milhões de contos em Santa Maria" - e esses números não os fui confirmar - mas, no final de 91, com todas as obras por realizar, diz que "até finais de 92 vai investir mais 3 milhões de contos".

Ora, se no Relatório de Execução do Governo, até Setembro de 91, o Governo tinha gasto 500 mil contos, em 1992 o Plano é de 1.400 mil contos, é óvio que nunca mais pode chegar a essa quantia de 3 milhões de contos. Realmente aqueles números servem para fazer demagogia e mais nada.

(Aparte inaudível do Deputado José Maria Bairos)

O Orador: Números são números!

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vou procurar trazer novamente aqui a discussão que, por motivos regimentais, não tive oportunidade, há pouco, de trazer.

Começaria, em primeiro lugar, por, muito rapidamente, responder ao Sr. Deputado Jorge Cabral em relação ao problema do "poder absoluto" de um partido só a que eu me referi na minha intervenção.

Antes disso, como comentário paralelo, poderia dizer que o Sr. Deputado, afinal, continua a ter pesadelos com os países de Leste.

Eu estava convencido que, mercê de todas as transformações existentes, o Sr. Deputado raciocinasse como os seus amigos norte-americanos que, neste momento já não têm esses problemas.

De qualquer modo, Sr. Deputado, e em primeiro lugar, para o Partido Comunista Português é importante que haja alterações na situação política regional: alterações democráticas, alterações respeitando as mais elementares regras da participação e da democracia. E nem tão pouco, Sr. Deputado, nós insinuamos coisas como, já depois da minha intervenção, foram insinuadas em entrelinhas por um Sr. Deputado, que até é membro do seu partido, em relação a possíveis desejos pouco democráticos em pessoas do partido de que V. Exa. faz parte.

Voltando ao problema da revisão do Estatuto e nos problemas postos pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, em primeiro lugar gostaria de afirmar que, para o Partido Comunista Português, desde sempre e aqui, a nossa proposta em relação ao sistema eleitoral é a do círculo único porque consideramos que, mais justamente, é aquele que transforma os votos em mandatos. É um sistema proporcional puro e, de acordo com o método de Hondt, essa transformação seria a mais lógica, a mais normal, a mais justa - disse-o, aliás, na minha intervenção.

Essa foi a nossa proposta de revisão do Estatuto p.p. e da anterior. E já que estamos falando de revisão do Estatuto e do que o Sr. Deputado também referiu, nós pensamos que a revisão do Estatuto deve ser feita. Agora, nós entendemos que se iniciarmos, neste momento, a revisão do Estatuto, o sistema eleitoral naturalmente não vai mudar porque não temos tempo, daqui até ao fim da legislatura, e estamos convencidos (posso estar errado e admito o erro) que se abirmos esse processo de revisão do Estatuto amanhã, até ao final da legislatura será muito difícil, quase impossível, que se possa cumprir os prazos estabelecidos, que os partidos todos possam apresentar a revisão depois de um partido iniciar esse processo e que se possa, a nível de Comissão Especializada, chegar àquilo que for possível dentro dessa revisão e que, depois, haja tempo da Assembleia da República poder discutir e aprovar essa revisão do Estatuto e, se não houver acordo total na Assembleia da República, esse projecto de Estatuto terá que voltar novamente a esta Assembleia para apreciar as possíveis propostas de alteração da Assembleia da República.

É um processo que, estamos convencidos,

em 9 meses é impossível fazer-se, ou seja, até Setembro/Outubro. Agora que nós entendemos que se deve fazer a revisão do Estatuto, é óbvio que sim, e estamos perfeitamente abertos para voltarmos a todo esse processo, o que é lógico e normal, e daremos todo o nosso empenho como demos nas revisões anteriores.

Em relação ao sistema eleitoral actual, Sr. Deputado, nós consideramos que o sistema eleitoral actual pode levar, ou poderá levar, a graves distorções. Nós sempre afirmámos que este sistema é um sistema injusto, é um sistema que, em nosso entender, deve ser corrigido. Também dissemos que, com a última revisão do Estatuto, houve uma melhoria ligeira. Voltamos aqui a afirmar que consideramos que, no último processo de revisão do Estatuto - que, infelizmente, ficou na Assembleia da República, como todos nós temos consciência - nós abdicámos da nossa proposta inicial, num processo em que houve uma discussão e um diálogo entre os diversos partidos presentes nesta Assembleia porque essa abdicção implicava uma melhoria no sistema actual, uma melhoria proporcional.

Nessa altura houve a possibilidade de um entendimento entre o PCP, o CDS e o Partido Social Democrata, em que, efectivamente, nós considerámos (e provámo-lo) que havia essa melhoria proporcional. Portanto, entre dois males, nós entendemos que é possível optar pelo mal menor e nós, nestas coisas, procuramos pesar e optar pelo mal menor.

Em relação à revisão da lei eleitoral, ou do aspecto do Estatuto em que se faz referência ao sistema eleitoral actual, nós pensamos que, neste assunto, é fundamental o diálogo profundo. Nós pensamos que realmente todas as propostas podem ser analisadas e, da parte do Partido Comunista Português, nós estamos abertos a esse diálogo.

Por isso mesmo, quando apareceu uma ideia do Sr. Presidente do Governo Regional no sentido de melhorar aquilo que, na altura, se falava - e, na altura aquilo que foi falado foi num sistema eleitoral que respeitasse a proporcionalidade e, simultaneamente, a representatividade das ilhas -, é evidente que nós pensamos que, da nossa parte, isso é uma proposta que merece ser estudada e nós estamos abertos e dispostos a estudar essa hipótese, venha ela donde vier. Por acaso veio do Presidente do Governo Regional e a nossa abertura, para a estudar, é total e pensamos que é importante que essas propostas sejam analisadas.

Em relação a um outro aspecto que o Sr.

Deputado me colocava, ou seja, do factor de correcção, penso que é um assunto que poderá ser, como todos os outros, estudado e analisado. Em relação ao círculo único, como é evidente, aí não é necessário qualquer correcção: aí é a transformação pura e simples de votos em mandatos.

Penso que procurei analisar as questões que me foram colocadas. De qualquer modo, se tiver esquecido alguma, continuarei a poder analisá-las.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral que pretende...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Prestar mais um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Paulo Valadão, vou ser muito rápido porque não vale a pena entrarmos agora, aqui, no "diz que diz".

Eu queria reafirmar a V. Exa. o seguinte: parece-me que quem tem pesadelos é V. Exa., porque V. Exa. é que está sempre a falar no "poder absoluto" e não sei mais em quê e contra tudo isso e mais alguma coisa. O que apenas tentei dizer a V. Exa. foi que o poder que existe é um poder democrático, resultante de eleições democráticas e livres. Foi só isso que pretendi dizer a V. Exa! Portanto, quem tem pesadelos sobre a ausência do "poder absoluto" parece ser V. Exa..

E realmente eu não queria entrar em diálogo com V. Exa. sobre esta matéria porque ela, na verdade, não tem interesse nenhum: V. Exa. mantém-se na sua ortodoxia, em mantenho-me na minha liberalidade e ficaremos por aqui porque assim penso que todos ficaremos a ganhar!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao "poder absoluto" e "poder democrático" penso que não vamos entrar nessa discussão. O poder pode ser conseguido através de eleições democráticas, ou mais ou menos democráticas, ou desta ou daquela maneira, e, no entanto, ser exercido um "poder absoluto".

Infelizmente, Sr. Deputado, e não venha aqui fazer comparações, mas todos nós sabemos que, no andar dos séculos e no mundo, por formas democráticas foram conseguidos poderes muito absolutos - isto em primeiro

lugar.

Em segundo lugar, os votos ou alguns dos votos que nós nos últimos tempos temos aprovado, aqui, nesta Assembleia, são efectivamente a prova de que, por parte do Governo Regional, determinadas características que têm sido utilizadas, neste momento estão a ser postas em causa por muitas pessoas, e os resultados das eleições, aqui nesta Assembleia, em relação a esses votos, em meu entender - e é a leitura que faço -, são a prova exacta disso. Ainda há pouco aprovámos um, aqui proposto pelo CDS e que foi aprovado, e que, de facto, veio mostrar que, em relação ao Governo Regional, esse "poder absoluto" já deixou de ter cabimento político e é importante que V. Exa., o seu partido e o Governo Regional tirem as devidas ilações.

Disse.

Presidente. Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado mês de Dezembro, concretamente a 9 e 10, virou-se uma importante página da história europeia, que certamente irá contribuir para a nova fase histórica dos países comunitários, questão essa que, num país como o nosso, não deixará de ter a sua importância, e mais ainda numa região periférica como os Açores.

Com efeito, até final de 1996, com a transição para a terceira fase da União Europeia e, como consequência, com a possível adopção de uma moeda única, a partir de Janeiro de 1999, teremos uma grande mudança em diversas áreas que, numa sociedade pequena como a nossa, todo o poder político, executivo e legislativo não pode deixar de acompanhar com atenção.

Refiro-me às grandes questões que ficaram para concretizar na prossecução dos grandes princípios que ficaram assentes na cimeira de Maastricht, a serem acordadas no próximo mês de Fevereiro.

É que, apesar de ainda estarmos, todos, um pouco longe daquilo que se prevê, nunca será demais tentar perceber as primeiras questões que daí possam advir, perante um novo estado de espírito que se começa a instalar nas nossas populações neste processo em marcha.

Em intervenções semelhantes nesta tribuna, sem tentar perceber o futuro, tenho procurado tão somente expôr alguns pontos de vista para que, com a minha e com a responsabilidade que nos cabe a todos, possamos

dar um contributo válido para algumas transformações profundas que possam surgir na nossa sociedade.

Há alguns anos atrás, ninguém pensaria o que seria possível obter, em termos de desenvolvimento regional, com os vários apoios comunitários.

Mas hoje é possível perceber que todas as ajudas obtidas só têm como objectivo contribuir para que possamos dar alguns passos significativos para acompanharmos o progresso que ainda estamos carenciados e nunca o processo da "árvore das patacas".

Mais ainda no futuro isto se verificará; e que ninguém deixe de pensar que tais apoios não possam ter como único objectivo esse desejado progresso.

O tempo das coisas fáceis está acabado, sendo também tempo de pensarmos que a qualidade e rendimento terão que estar na ordem prioritária de todos os objectivos e dentro dos objectivos aludidos do progresso.

Ajustamentos vários e rápidos se impõem sobretudo em economias desequilibradas como a portuguesa em termos macro-económicos, e em regiões pequenas em que as economias de escala não funcionam.

Veja-se, assim, aquilo que tais pressupostos já começam a obrigar em termos do quadro de ajustamento e, bem assim, àquilo a que também teremos de estar sujeitos em termos dos desejados níveis do abaixamento da taxa de inflação e do défice orçamental para que a almejada adesão do escudo, ao Sistema Monetário Europeu, possa vir a ter o sucesso desejado.

Contudo, é sempre positiva a ideia que tudo se deva processar dentro de princípios de coesão económica e social.

Daí que o Fundo de Coesão a criar até 31 de Dezembro de 1993, ao criar condições sobretudo a nível do ambiente e redes transeuropeias não esqueça também que existem regiões pequenas como a nossa, para o qual todos os aspectos dos transportes devem estar convenientemente equacionados e ultrapassados.

Com alguns dos referidos aspectos parece importante que se diga também que continuará a haver necessidade de mudanças em alguns dos nossos comportamentos.

Se tivermos em linha de conta sobretudo a psicologia evolutiva do comportamento humano, **faz sentido pensar-se** que poderemos vir a estar perante novas necessidades viradas em favor de novas exigências individuais algumas detrimento de conceitos como: os da nacionalidade, os da identidade cultural; os

da nova segurança em relação ao futuro; e os de uma nova protecção em desejo crescente, se bem que tal não signifique que vamos abdicar da nossa nacionalidade, princípios e cultura.

Com as mudanças em vista e com os tempos trazendo outras mudanças ultra rápidas, e os perfis sociais e económicos em grande mutação, com as consequentes pressões políticas sobre todas as formas de poder institucionalizado, torna-se assim necessário conseguir a compatibilização de todos os interesses conflitantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já como principal herança da cimeira de Maastricht, no próximo Conselho Europeu a realizar em Junho próximo em Portugal, questões como a problemática do alargamento, política externa, e sobretudo a discussão do Pacote Delors II, este até como possível já no próximo mês de Fevereiro, serão de importância vital para todos nós no que respeita à prevista duplicação dos Fundos Estruturais e consequentes reflexos na nossa Região.

Como tal, parece importante que não se deva perder de vista as grandes questões pendentes que possamos ainda ter em termos de desenvolvimento e, como tal, o seu enquadramento conveniente em futuros planos de desenvolvimento regionais.

Para mais, se pensarmos que no seu alargamento de competências, a cimeira de Maastricht também oferece a possibilidade de grandes decisões nas áreas do ambiente, indústria, saúde, investigação científica, educação, cultura e protecção dos consumidores.

Parece assim por demais importante que nos convençamos da necessidade de idealizarmos os projectos ideais para as nossas necessidades, para a passagem deste século para o próximo em moldes não só a diminuir ainda mais algumas das nossas distâncias inter-ilhas que ainda persistem, bem como do restante espaço nacional, em termos económicos e sociais.

As consequências desta cimeira, aliadas também ao facto da experiência portuguesa na Comunidade, ao longo deste 1º semestre de 1992 e exactamente a um ano antes do estabelecimento do Mercado Único após 1993, constituirão de facto, e sem sombra de dúvida, dos maiores acontecimentos políticos e do qual depende grande parte do nosso futuro.

Daí que, me pareça extremamente importante relevar tais questões que, embora não isentas de imensos e difíceis desafios, contu-

do devem merecer a nossa melhor atenção pelos desafios legislativos e executivos a surgir ao qual ninguém poderá estar desprevenido.

Todos sabemos das dificuldades que a Presidência Portuguesa vai atravessar em termos de dossiers pendentes, na área social, do ambiente, fiscalidade e sobretudo do dossier da reforma da política agrícola comum (PAC) que deverá concluir-se até Abril.

Reportando-me a esta última questão não poderia obviamente deixar de destacar a reforma da PAC, pelas possíveis implicações na RAA, para dar resposta aos excedentes de cereais (20 milhões de toneladas), leite (900 mil toneladas) carne (750 mil toneladas), e tabaco (100 mil toneladas), de toda a Comunidade, e que esta tem por objectivo essencial a redução das produções excedentárias com preços subsidiados e, como tal, a redução drástica dos preços europeus garantidos à produção na ordem de 35% para cereais, 15% para manteira e carne de bovino, e 10% para o leite, para não falar também na redução das quotas de produção e encorajamento na substituição de zonas agrícolas por zonas florestais. Não se devem perder de vista também, no meu entender, as diversas implicações resultantes do desfecho das negociações do GATT-Uruguay Round, relacionadas com toda a matéria agrícola, perante as exigências dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma outra questão importante que não queria deixar perder a oportunidade de referir nesta intervenção, é aquela que se prende com o facto de 1992 ser o Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho.

Com efeito, o Conselho das Comunidades decidiu, e bem quanto a mim, o início do Ano Europeu, relacionado com tal matéria, a partir de 1 de Março/92 até 28/03/93, iniciando uma série de acções de valorização e promoção e um conjunto de medidas comunitárias no domínio da segurança e saúde no local de trabalho.

Com a pretensão de estimular e desenvolver um melhor esclarecimento na prevenção contra riscos de trabalho através de informação que modifique comportamentos e sensibilize trabalhadores, quadros, empregadores, organismos de educação e formação, e medidas que reduzam riscos de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, os Estados Membros da Comunidade irão desenvolver todo

um vasto conjunto de acções importantes através dessa Comissão Nacional do Ano Europeu.

Se a Comunidade Europeia quer mais segurança no trabalho, parece importante aqui destacar que tais medidas são desejáveis por todos os que labutam diariamente nos vários locais de trabalho, atendendo a que todos os anos na Europa Comunitária existem cerca de 10 milhões de pessoas envolvidas nos sectores de "alto risco" como a pesca, a agricultura, a construção civil e a indústria de extracção.

Na Região Autónoma dos Açores, através do Gabinete de Prevenção de Riscos Profissionais da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, o Ano Europeu para a Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho, com o projecto em marcha "**Viver Segurança**", parece-me ser uma acção importante, até porque todos sabemos a falta de esclarecimentos que ainda existe a vários níveis na Região e, daí, os resultados que ainda existem, em termos de acidentes de trabalho que, embora não sendo preocupantes, exigem, contudo, já algumas medidas, sobretudo a nível da informação e conhecimentos sobre as vantagens de uma devida protecção nos locais de trabalho.

Mais ainda, se verificarmos que segundo as estatísticas efectuadas, verifica-se que os acidentes de trabalho da RAA centram-se mais nos grupos etários mais jovens, e portanto mais atrevidos e receptivos a receberam toda a informação possível, para além da sua maior percentagem situar-se na construção civil (41%), e indústrias transformadoras (25%).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De um modo geral, todas as questões relacionadas com a evolução do processo da plena integração europeia, sobretudo agora que começa a existir um maior despertar para as mesmas, e com a importância dada também à actual Presidência Portuguesa das Comunidades, neste 1º semestre de 1992, e resultados futuros da recente cimeira de Maastricht, com a evidência de vários factos que se irão desenvolvendo ao longo dos próximos tempos, e aqueles que digam directamente respeito à Região, é evidente também que se torna necessária uma maior exigência, cuidado e atenção à abordagem dos nossos interesses, não só de âmbito económico mas também social.

Penso eu que, sendo um desejo de todos nós e sobretudo do povo desta Região, que

todo o processo de desenvolvimento económico e social se faça de acordo, não só com a rapidez e eficiência desejada, mas também de acordo com as nossas necessidades actuais e futuras.

Daí que seja sempre útil a abordagem destas matérias, não só para a nossa permanente atenção, mas também para o constante despertar da sensibilidade das nossas populações.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a atingir a nossa hora regimental e, portanto, já não tem sentido dar a palavra a mais nenhum deputado para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Recomeçaremos amanhã às 11,00 horas.

A Ordem de Trabalhos que vamos seguir será a que estava indicada para hoje com o acrescentamento de mais dois pontos que são os seguintes:

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão de uma Proposta de Resolução sobre "Concessão de um subsídio reembolsável à Comissão de Trabalhadores das Feusaçores";

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão de uma Proposta de Resolução sobre a "Fiscalização da prestação de trabalho de trabalhadores civis norte-americanos na Base Aérea 4.

Esta será a nossa Ordem de Trabalhos para amanhã, sem prejuízo de, de acordo com o que ficou estabelecido na Conferência, conforme o andamento dos nossos trabalhos ao longo do dia, podermos vir a incluir, se necessário e útil, algum ponto a mais nesta ordem que foi indicada.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã!

(Eram 19,55 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Carlos César).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Proposta de Resolução

Considerando que a resistência dos trabalhadores das Feusaçores alvo de ilegal proces-

so de despedimento tem-se mantido graças ao adiantamento de verbas por conta dos ordenados que os trabalhadores têm direito e que lhes são recusados pela entidade patronal:

Considerando que a atitude de firmeza e coesão dos trabalhadores envolvidos é indispensável à salvaguarda dos interesses e postos de trabalho da parte dos restantes trabalhadores das Feusaçores bem como da defesa dos interesses e dignidade nacional, face à violação do acordo laboral;

Considerando que se justifica uma clara solidariedade do Governo Regional para com aqueles trabalhadores no quadro da solidariedade geral que envolve desde o Parlamento Regional aos Órgãos de Soberania:

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais a Assembleia Legislativa Regional resolve recomendar ao Governo Regional que, através da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, e no âmbito das verbas por ela geridas, atribua um subsídio reembolsável à Comissão Permanente Representativa de Trabalhadores das Feusaçores e Sindicatos que estão adiantando verbas por conta dos ordenados que os trabalhadores envolvidos em processo de despedimento têm direito.

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1992.

O Grupo Parlamentar do CDS: Alvarino Pinheiro e Rui Meireles.

Proposta de Resolução

Ao longo dos últimos anos tem aumentado o número de civis norte-americanos a prestar serviço para as Feusaçores na Base Aérea nº4, atingindo, no momento, 282 unidades.

Se uma grande parte daqueles trabalhadores exercem funções notoriamente de carácter técnico, nomeadamente com especializações nos sectores da Educação e Saúde, a situação de alguns suscita sérias dúvidas quanto à sua justificação e constitui claro desrespeito pelo Acordo Laboral vigente, violando a lei do emprego de estrangeiros em Portugal.

Tendo presente a gradual diminuição de postos de trabalho oferecidos a cidadãos portugueses pelas Feusaçores e o recente inaceitável despedimento de 95 trabalhadores por alegadas e infundamentadas razões de ordem orçamental, mantendo-se entretanto ao serviço trabalhadores civis norte-americanos que auferem vencimentos muito superiores

e executam funções tradicionalmente exercidas por cidadãos portugueses.

Sendo preocupante a falta de fiscalização das entidades competentes à prestação de trabalho por civis norte-americanos, na Base Aérea nº 4, às Feusaçores, e que tal omissão penaliza o interesse da comunidade e trabalhadores portugueses, tanto mais que as situações de desemprego em áreas tradicionalmente dependentes do mercado de trabalho das Feusaçores apresenta já consequências sociais negativas:

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, a Assembleia Legislativa Regional resolve recomendar ao Governo Regional que, no âmbito da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, e em colaboração com o Comando Aéreo dos Açores, fiscalize e tome as medidas adequadas para que seja regularizada a situação dos trabalhadores civis norte-americanos na Base Aérea nº 4, em consonância com a legislação em vigor.

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1992.

O Grupo Parlamentar do CDS: Alvarino Pinheiro e Rui Meireles.

A Redactora Principal: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.